

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e
Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2023

Data da notícia: **01/12/2023**

Título: RJ: Entenda o que é 'operação vingança' que deixou rastro de 117 mortos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/01/rj-entenda-o-que-e-operacao-vinganca-que-deixou-rastro-de-117-mortos>

Um novo levantamento do Fogo Cruzado descortina os números por trás de uma prática de justiça dentro das polícias que resultou em operações com os maiores índices de letalidade do Rio de Janeiro. A maior chacina registrada na história do estado, em maio de 2021, no Jacarezinho, na zona norte, é um exemplo de “operação vingança” que terminou com 27 mortos.

O mapeamento “Estado Letal” aponta que as forças policiais são responsáveis por, em média, três chacinas por mês na região metropolitana do Rio. Do total, 18 aconteceram depois que um policial foi morto ou ferido, deixando 117 mortos. Uma das principais características desse tipo de ação é a letalidade, sendo 70% maior que uma chacina policial em que não houve agente baleado.

A pesquisadora Maria Isabel Couto, Diretora de Dados e Transparência do Instituto Fogo Cruzado, explica que “operações vingança” acontecem como retaliação. “Essa forma de atuação das polícias traz ainda mais medo e traumas para a população, sobretudo a que

mora nas regiões mais vulneráveis, que deveria ter no agente de segurança a imagem de protetor e não de algoz”, afirma.

O Instituto Fogo Cruzado considera chacina um caso em que três ou mais pessoas são mortas. Nos últimos sete anos, 283 operações policiais terminaram com 1.137 civis mortos. O levantamento tem um mapa interativo onde é possível consultar dados sobre cada chacina filtrando por localidade, bairro, município, região, número de mortos, unidades policiais envolvidas, entre outros.

“Dados como esses são importantes porque evidenciam que além de não resolverem o problema da segurança pública, que há anos é tratada com negacionismo, ainda trazem um rastro de mortes e traumas à população”, completa Maria Isabel.

Além de afirmar que o Estado atua de forma negacionista em relação aos dados da segurança pública, Maria Isabel Couto chama atenção para a necessidade de encontrar formas mais eficazes de controle da atividade policial com divulgação transparente dos resultados positivos e negativos.

“O Rio de Janeiro não tem um plano de segurança pública baseado em dados, em evidências, que priorize a preservação da vida da população. Em vez disso, o que se tem é uma polícia focada em confronto e mortes, muitas vezes tacitamente autorizada a promover o justicamento, no lugar da justiça. Já está mais do que evidente que não estamos mais seguros dessa forma”, constata a pesquisadora.

Ineficiente e inconstitucional

Na contramão das boas práticas da segurança pública, o descontrole e a matança marcam as operações policiais na história do Rio de Janeiro.

O Complexo do Salgueiro, conjunto de favelas em São Gonçalo, foi a localidade com mais chacinas registradas desde 2016. Apenas lá, 14 chacinas policiais resultaram em 66 mortes. Na zona norte da capital foram 73 casos que deixaram 373 pessoas mortas. Na Baixada Fluminense foram mapeados 72 casos, com 255 mortos.

“Este é o exemplo de uma das estratégias mais longevas que compõem a política de segurança do Rio, a despeito de todos os sinais claros da sua ineficiência e inconstitucionalidade. É inaceitável que a tática das corporações para o enfrentamento à violência seja trazer mais violência para a população. Com a recriação da Secretaria [de Estado de Segurança], esperamos que números assim não existam mais”, comenta Maria Isabel Couto.

O anúncio da recriação da Secretaria de Estado de Segurança pelo governador Claudio Castro (PL), extinta em 2019, se deu na última segunda-feira (27), dia seguinte do assassinato da policial militar Vaneza Lobão, de 31 anos, na porta de casa em Santa Cruz, zona oeste da cidade. Lobão trabalhava em um setor que investigava milicianos e contraventores na 8ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), subordinada à Corregedoria-Geral da Polícia Militar. A suspeita é de que o crime tenha sido encomendado pela milícia.

Na avaliação da pesquisadora e diretora do Fogo Cruzado, no entanto, apenas a recriação da Secretaria ou de um novo órgão não é suficiente para romper “com a barreira do sigilo que hoje impera” na segurança pública.

Data da notícia: **01/12/2023**

Título: Governo Lula reconhece emergência em Maceió por risco de colapso em mina da Braskem

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-lula-reconhece-emergencia-em-maceio-por-risco-de-colapso-em-mina-da-braskem/>

O governo Lula (PT) autorizou nesta sexta-feira 1º o reconhecimento do estado de emergência decretado pela prefeitura de Maceió, capital de Alagoas, devido ao risco de colapso em uma mina explorada pela Braskem.

O reconhecimento será publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Entre 28 e 30 de novembro, o solo de uma das 35 minas da Braskem para extração de sal-gema em Maceió já cedeu 1,87 metro. A Defesa Civil do município calcula que a mina cede a um ritmo de 62 centímetros por dia.

A cidade permanece sob alerta diante do risco de colapso da mina 18, localizada na Lagoa Mundaú. Na quinta-feira 30, a Defesa Civil determinou que a população evite transitar pela região. A situação é mais grave nos bairros de Mutange, Pinheiro e Bebedouro.

Nesta sexta, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cobrou um “amparo urgente” por parte do governo federal. Segundo ele, é necessário manter uma unidade em busca dos meios para “evitar danos maiores”.

Pouco depois, o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou acompanhar os abalos sísmicos na região, por meio dos ministérios de Minas e Energia, Transportes e Desenvolvimento Regional.

Alckmin reforçou que o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), está na capital alagoana. Disse também ter conversado com o governador Paulo Dantas (MDB) e o prefeito João Henrique Caldas (PL).

Em 2018, cavernas abertas pela extração de sal-gema, realizada pela Braskem desde o final dos anos 1990, começaram a ser fechadas após cinco bairros em Maceió passarem a afundar. O agravamento do colapso já deixou pelo menos 50 mil pessoas desabrigadas.

Em junho, a empresa chegou a anunciar que havia firmado um acordo de indenização com a prefeitura de Maceió, estimado em 1,7 bilhão de reais. Em seguida, uma decisão judicial determinou que a Braskem indenize também o estado de Alagoas.

Em nota, a Braskem disse continuar a monitorar a situação da mina 18, além de tomar as medidas para minimizar o impacto de possíveis ocorrências.

“Referido monitoramento, com equipamentos de última geração, foi implementado para garantir a detecção de qualquer movimentação no solo da região e viabilizar o acompanhamento pelas autoridades e a adoção de medidas preventivas como as que estão sendo adotadas no presente momento”, alegou a empresa...

Data da notícia: **02/12/2023**

Título: Parentes de vítimas do ‘Massacre de Paraisópolis’ pedem justiça

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/parentes-de-vitimas-do-massacre-de-paraisopolis-pedem-justica/>

Familiares dos jovens assassinados no caso que ficou conhecido como Massacre de Paraisópolis realizaram nesta sexta-feira 1º um ato para lembrar o aniversário de quatro anos do episódio. Famílias e amigos das nove vítimas mortas no baile funk DZ7 contaram com o apoio de integrantes de movimentos sociais, como a Rede Emancipa e a União da Juventude Comunista (UJC), para fazer a mobilização e evidenciar o acontecimento como uma violência cometida pelo Estado. Ao todo, 13 policiais respondem pelo crime.

Por volta de 18h, os manifestantes pararam o fluxo de uma das vias em frente ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), estendendo uma faixa preta na qual se lia “Massacre de Paraisópolis – Hora da Justiça”. O protesto seguiu sem problemas. Organizadores chegaram a negociar com a Polícia Militar a caminhada dos manifestantes e o uso de um carro de som.

Em entrevista à Agência Brasil, a doméstica Adriana Regina dos Santos, mãe do jovem Dennys Guilherme dos Santos, uma das vítimas da chacina, lamentou a demora na responsabilização pela morte do filho. A primeira parte do julgamento aconteceu somente no final de julho deste ano e a segunda está marcada para o próximo dia 18.

“São quatro anos. É desumano, é descaso demais, é desrespeito demais”, afirmou ela. “Dizem que os direitos são iguais. Digo ‘dizem’ porque, para mim, não são. Se tivesse direitos iguais, esses policiais estariam pagando. Eu não estaria aqui pedindo justiça. Eu me sinto como se estivesse pedindo vingança e não é, é justiça. É o mínimo, dói demais. Daqui a 27 dias, meu filho completaria 21 anos, mas ele não conseguiu nem completar 17.”

Para Adriana, o fato de o filho ser negro e pobre muda a forma como a sociedade e o Poder Judiciário encaram o que aconteceu. “Se tivesse ali um ‘filhinho de papai’ entre os nove, os nossos seriam também beneficiados pela Justiça. É repugnante. Eu sei, pela índole dele, que meu filho jamais daria problema para a polícia. É a dor da perda e a dor da revolta”, declara.

Questionada se sempre teve medo da polícia, por causa da truculência com que trata negros em geral, Adriana responde que não. E conta que, poucos dias antes da morte de seu filho, eles tiveram um diálogo justamente sobre o assunto.

Ele havia se queixado de ter sido parado e revistado pela polícia, e ela o acalmou. “Eu falei: que bom, sinal de que a gente tem polícia”. Após a morte do filho, no entanto, começou a rever o tipo de tratamento que os agentes de segurança do Estado dão a pessoas como Dennys e tantos outros.

“Hoje eu não sei qual a educação que dou para meu filho de 14 anos sobre a polícia, porque fico imaginando. Ele é grande e logo deve estar ‘tomando blitz’. Porque, onde a gente mora, chega abrindo a viatura, mostrando a arma e [dizendo] ‘mão na cabeça, vagabundo’”, disse.

“O que meu filho vai fazer? Se ele se lembrar do irmão, vai falar: ‘bom, se coloco a mão na cabeça, vão me matar e, se correr, vão matar’. E eu falo o quê? ‘Confia na polícia’? Eu não confio mais”, completou.

Já Ivanira Aparecida da Silva, mãe de Eduardo da Silva, disse que percebeu haver pessoas que se sensibilizam com sua luta por justiça, e isso a ajuda. “Eu acredito é nisso aqui”, afirmou, referindo-se ao protesto e a outros esforços coletivos. “É na união. E união é a força. A Defensoria Pública, que está com a gente, e agora em outro julgamento. Tenho fé em Deus que agora o juiz bata o martelo e os leve [os policiais] a júri popular.

Nesta sexta-feira, a defensora pública Fernanda Balera, que acompanha o caso, informou à reportagem que, em 22 de novembro, a última família foi indenizada. A indenização obtida por Ivanira, com o auxílio da Defensoria Pública, foi fundamental, segundo ela, para reestruturar sua família.

Homenagem

O grupo de mulheres Pão e Rosas também participou do ato, apoiando as mães das vítimas do baile funk DZ7. Elas usaram placas que imitam as usadas na identificação das ruas. Algo parecido foi feito em homenagem a Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em 2018. Para Letícia Parks, integrante do grupo, as ruas deveriam levar nomes de vítimas como Marielle e os nove mortos no baile funk.

“Isso [a violência] diz muito em um país onde todos os homenageados [com placas de rua] são assassinos, racistas, bandeirantes. São estátuas, placas de rua, tudo em nome de homenagear gente horrível, que não devia fazer parte da nossa memória. E crianças, jovens como esses, que a gente acredita que não devam ser esquecidos... A gente queria que todas as ruas fossem renomeadas. Por enquanto, a gente não consegue. Então, usa esse símbolo da luta por memória como uma luta por justiça.”

Data da notícia: **03/12/2023**

Título: Movimentos entregam carta a Lula com proposta de Cúpula dos Povos na COP30

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/03/movimentos-entregam-carta-a-lula-com-proposta-de-cupula-dos-povos-na-cop30>

Cerca de 40 organizações e movimentos populares entregaram ao governo brasileiro uma carta com a proposta de realização de uma Cúpula dos Povos na 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, que ocorre em novembro de 2025, em Belém, no Pará.

O documento foi entregue durante a COP28, neste domingo (3), em Dubai, nos Emirados Árabes, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelas mãos da integrante do Grupo Carta de Belém, Maureen Santos. No documento, os movimentos relatam a decisão das signatárias de construir um "amplo processo autônomo da sociedade civil organizada denominado Cúpula dos Povos da COP 30".

Maureen Santos explica que o principal objetivo será promover os debates as organizações vem elaborando sobre justiça climática. "Pensando a Amazônia, mas fazendo conexões também com outros biomas do Brasil e outras lutas populares do país, da América Latina e dos espaços globais", acrescentou.

A carta foi entregue em conjunto com ministros, incluindo Marcio Macedo, da Secretaria Geral da Presidência da República, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas.

"Reconhecemos os processos históricos e existentes de construção da convergência popular na Pan-Amazônia e da solidariedade entre os povos do mundo frente aos impactos da crise climática e que os mesmos não chegam da mesma forma para todos", afirmam as organizações no documento entregue a Lula.

"Vivemos uma conjuntura de grandes desafios num contexto de crise ecológica, climática e civilizacional da atualidade. Frente ao avanço da extrema direita no mundo e contradições que ainda persistem entre outras vertentes políticas, o debate climático é especialmente crucial do ponto de vista da construção de lutas comuns e para o avanço no processo de interconexões entre os movimentos sociais, redes e alianças da sociedade civil."

No conteúdo da carta, as organizações destacam a necessidade de envolver ativamente organizações e povos da floresta no debate e na construção da política climática. Salientam que o debate climático é crucial para a construção de lutas comuns e para o avanço nas interconexões entre movimentos sociais, redes e alianças da sociedade civil.

Leia a íntegra da carta:

Rumo a Cúpula dos Povos da COP 30

Nós, movimentos sociais e sindicais, redes, organizações de representações de mulheres, povos indígenas e tradicionais, da Amazônia brasileira e de outros biomas brasileiros abaixo assinados, estivemos reunidos em Brasília, nos dias 31 de outubro e 01 de novembro, e decidimos construir um amplo processo autônomo da sociedade civil organizada denominado Cúpula dos Povos da COP 30.

A Cúpula dos Povos da COP 30 reunirá centenas de organizações da sociedade civil demandando uma agenda comum socioambiental e climática do governo brasileiro e do restante do mundo. Como próximos passos ampliaremos esse processo e será divulgado um calendário de lutas e atividades com vista a essa construção de unidade na diversidade.

Reconhecemos os processos históricos e existentes de construção da convergência popular na Pan-Amazônia e da solidariedade entre os povos do mundo frente aos impactos da crise climática e que os mesmos não chegam da mesma forma para todos.

Vivemos uma conjuntura de grandes desafios num contexto de crise ecológica, climática e civilizacional da atualidade. Frente ao avanço da extrema direita no mundo e contradições que ainda persistem entre outras vertentes políticas, o debate climático é especialmente crucial do ponto de vista da construção de lutas comuns e para o avanço no processo de interconexões entre os movimentos sociais, redes e alianças da sociedade civil.

Trabalharemos nos próximos dois anos para que essa Cúpula dos Povos dê seguimento aos processos históricos de lutas populares latinoamericanos e para que a COP 30, que ocorrerá no Brasil em 2025, seja um marco para o enfrentamento da profunda desigualdade socioambiental e do racismo estrutural que vivemos e para o avanço de políticas comuns frente a crise climática.

Assinam:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia)

Assembleia Mundial pela Amazônia (AMA)

Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Coalizão Negra por Direitos

Comissão Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas (CONFREM)

Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (CBDDH)

Conselho Nacional de Juventudes pelo Clima e Meio Ambiente (CONJUCLIMA)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (CONTRAF)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Frente Brasileira contra o Acordo UE-Mercosul e EFTA-Mercosul

Fórum Brasileiro de ONGs e Mov Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS)

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA)

Grupo Carta de Belém (GCB)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – Brasil

Movimento Escazu Brasil

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Movimento dos Trabalhadores/as Sem Teto (MTST)
Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)
Rede Cerrado
Rede Mata Atlântica
Rede Eclesial da Pan-Amazônica (REPAM)
Rede Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (RNPCT)
Observatório do Clima (OC)
União Nacional dos Estudantes do Brasil (UNE)
Teia Carta da Terra Brasil
Via Campesina Brasil

Data da notícia: **05/12/2023**

Título: 8 de Janeiro: Moraes dá 48 horas para a Meta apresentar vídeo com fake news publicado por Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/justica/8-de-janeiro-moraes-da-48-horas-para-a-meta-apresentar-video-com-fake-news-publicado-por-bolsonaro/>

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, estabeleceu nesta terça-feira 5 o prazo de 48 horas para a Meta, dona do Facebook, entregar um vídeo publicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) dias depois do 8 de Janeiro.

A multa em caso de descumprimento é de 100 mil reais por dia. O ex-capitão é alvo de um inquérito sobre a instigação e a autoria intelectual dos ataques às sedes dos Três Poderes.

Na segunda-feira 4, a PGR reiterou seu pedido para a Meta ser obrigada a disponibilizar o vídeo compartilhado por Bolsonaro, no qual um procurador de Mato Grosso defendia que Lula (PT) teria vencido a eleição em razão de fraude no voto eletrônico. A alegação endossada pelo ex-capitão é falsa.

Na manifestação, o Ministério Público Federal reforçou que o pedido de preservação do vídeo e inclusão no inquérito sobre os atos de 8 de Janeiro ocorreu em 13 de janeiro e já foi acatado por Moraes, que ainda tornou Bolsonaro investigado por incitação aos ataques golpistas.

Passados 11 meses do pedido e da determinação judicial, porém, o material ainda não foi acrescido ao inquérito.

Em julho, o MPF já havia reiterado a solicitação, que segue sem resposta. “Não obstante as determinações judiciais, o MPF não foi intimado acerca do cumprimento das ordens judiciais, ou seja, não há informações da preservação e entrega do vídeo pela empresa Meta INC”, pontuou o coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, Carlos Frederico Santos.

Caso a PGR entenda haver elementos suficientes contra Bolsonaro, poderá denunciá-lo ao Supremo. A relatoria de processos sobre o 8 de Janeiro é de Alexandre de Moraes.

Data da notícia: **05/12/2023**

Título: Não há vínculo de emprego entre empresa e motorista de aplicativo, decide 1ª Turma do STF

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/justica/nao-ha-vinculo-de-emprego-entre-empresa-e-motorista-de-aplicativo-decide-1a-turma-do-stf/>

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal anulou uma decisão da Justiça do Trabalho e fixou o entendimento de que não existe vínculo de emprego entre um motorista de aplicativo

e a plataforma para a qual ele presta serviços. A decisão foi tomada nesta terça-feira 5, durante o julgamento do caso envolvendo um motorista de Minas Gerais e a empresa Cabify.

Prevaleceu o voto do ministro Alexandre de Moraes, que atendeu ao recurso da empresa para anular o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. À época, o tribunal mineiro afirmou ter identificado elementos que caracterizariam o vínculo empregatício, a exemplo de pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.

Moraes pontuou, no entanto, que os motoristas e entregadores têm a liberdade de aceitar as corridas que quiserem, de fazer seus horários e de ter outros vínculos trabalhistas. Em julho, o magistrado paralisou o julgamento no TRT-3 até que o caso fosse analisado pelo Supremo.

“Aquele que faz parte da Cabify, da Uber, tem a liberdade de aceitar as corridas que quer. Ele tem a liberdade de fazer o seu horário. E a maioria dos profissionais destaca: ele tem a liberdade de ter outros vínculos”, argumentou o ministro.

Cármen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin acompanharam o relator. Embora seja aplicada ao caso específico, o entendimento do colegiado pode servir de parâmetro para ações semelhantes que ainda tramitam na Corte.

Durante o julgamento, Moraes disparou recados à Justiça trabalhista, que, segundo ele, descumpra jurisprudência do STF nas discussões sobre a “uberização” do trabalho. Segundo o ministro, cerca de 40% das reclamações recebidas envolvem decisões da Justiça do Trabalho.

“Em que pese reiteradamente nós decidamos, isso vem sendo desrespeitado, o que volta ao Supremo Tribunal Federal. A questão de teoricamente, ideologicamente, academicamente não concordar não justifica a insegurança jurídica que vem gerando diversas decisões”, ressaltou. “Ou nós acertamos a segurança jurídica para reduzir o nível de litigiosidade ou nós nunca vamos conseguir solucionar o problema desses milhões e milhões de processos que chegam ao Judiciário todos os anos.”

Data da notícia: **06/12/2023**

Título: RJ: Fornos onde corpos foram incinerados pela ditadura militar viram memorial das vítimas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/06/rj-fornos-onde-corpos-foram-incinerados-pela-ditadura-militar-viram-memorial-das-vitimas>

Nesta quarta-feira (6), um ato na Usina de Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense, inaugurou o "Memorial Cambahyba: ditadura nunca mais, memória, verdade e justiça", que rememora as vítimas da ditadura militar incineradas nos fornos da antiga usina de cana de açúcar que funcionava no local, conhecida como Usina da Morte.

A criação do memorial onde se localizam os fornos, em que o delegado Cláudio Guerra, da Polícia Civil do Espírito Santo, cremava corpos das vítimas, nos anos 1970, é o ponto inicial de várias manifestações até a data dos 60 anos do regime, em 1º de abril de 2024.

As atividades do ato desta quarta (6) tiveram início por volta das 12h com um almoço coletivo nos arredores da antiga usina. Depois, por volta das 15h, aconteceu a abertura oficial do ato, seguida por uma marcha em direção ao antigo parque industrial, onde se localizam os fornos. No local, falas e intervenções culturais foram realizadas.

A deputada estadual Marina do MST (PT) participou das atividades e numa fala emocionada em que relembrou a história do local, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a sua própria trajetória nas terras da Usina Cambahyba, a parlamentar ressaltou a importância das lutas políticas e institucionais caminharem juntas em defesa do bem comum.

"O nosso mandato, na institucionalidade, junto com outros companheiros da Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro] vamos continuar a luta para transformar esse local que foi um local da morte em um local da vida, vamos continuar a luta para transformar esse local que foi de exploração dos trabalhadores em cooperação, em transformar esse local que foi de degradação ambiental em agroflorestas produtivas, nos comprometemos em transformar esse local que foi da fome e exploração num local de produção de comida saudável, da agroecologia, em fazer esse local em defesa da vida das pessoas", disse Marina durante o ato.

Além da deputada, participaram também da atividade Matheus Guedes, filho do agricultor e militante do MST Cícero Guedes, assassinado há 10 anos em Campos dos Goytacazes por

lutar pela reforma agrária no município; Nadine Borges, secretária Municipal de Direitos Humanos de Niterói; Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Pedro Terra, poeta e ativista político, além de representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de movimentos sindicais e populares do estado do Rio.

O ato foi organizado através de uma parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania com os familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Socialismo e Liberdade (Psol). Além da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e outras entidades e movimentos sociais.

Foram cremados nos fornos os corpos de pelo menos 12 presos políticos, identificados como Ana Rosa Kucinski Silva (ALN), Armando Teixeira Frutuoso (PCdoB), David Capistrano (PCB), Eduardo Collier Filho (APML), Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira (APML), João Batista Rita Pereira (VPR), João Massena Melo (PCB), Joaquim Pires Cerveira (FLN), José Roman (PCB), Luiz Inácio Maranhão Filho (PCB), Thomáz Antônio da Silva Meirelles Neto (ALN) e Wilson Silva (ALN).

Assentamento Cícero Guedes

Parte do terreno da antiga Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense, se tornou oficialmente o assentamento Cícero Guedes, organizado pelo MST em agosto deste ano, por meio de uma portaria assinada pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Cesar Aldrighi.

O território da Usina Cambahyba é formado por sete fazendas que somam cerca de 3.500 hectares, que além de produzir cana, foi estruturado como uma usina de produção de açúcar.

A luta pela distribuição das terras da antiga usina durou quase três décadas e não foram poucas as ocupações e as mobilizações para que o território fosse destinado à reforma agrária.

Em 1998, a área foi decretada pelo governo federal para fins de reforma agrária. Anos mais tarde, em 2012, o local foi considerado improdutivo pela Justiça. Porém, a desapropriação que destinou a área ao Incra só veio há dois anos pela 1ª Vara Federal de Campos.

Um mês após a Justiça decretar a desapropriação, no dia 24 de junho de 2021, centenas de famílias de trabalhadores rurais organizados pelo MST reocuparam uma das fazendas do Complexo da Cambahyba. A última ocupação, batizada de acampamento Luís Maranhão, foi estruturada em 2012 e permaneceu até meados de 2019.

Desta vez, a ocupação prestou homenagem a Cícero Guedes, liderança do MST que foi brutalmente assassinado nos arredores da usina há 10 anos. Na esperança da criação do assentamento, as famílias seguiram organizadas para a produção de alimentos.

Em dois anos de existência, chama atenção a variedade de alimentos produzidos sem agrotóxicos pelas famílias no local: hortaliças, como aipim, milho e feijão, além de diversas frutas, como banana, limão, laranja e acerola.

Data da notícia: **06/12/2023**

Título: Pessoas negras são maioria em postos de trabalho informais e ganham 61% menos que pessoas brancas, aponta IBGE

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/06/pessoas-negras-sao-maioria-em-postos-de-trabalho-informais-e-ganham-61-menos-que-pessoas-brancas-aponta-ibge>

As pessoas negras são maioria entre os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas, no geral, ganham 61% menos que pessoas brancas empregadas. Além disso, os postos de trabalho informais são ocupados majoritariamente por pessoas de pele negra. Os dados foram revelados nesta quarta-feira (6), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento Síntese de Indicadores Sociais 2023 - Uma análise das condições de vida da população brasileira mostrou que o rendimento-hora da população ocupada branca é de R\$ 20, enquanto a população ocupada negra recebe R\$ 12,40 por hora, em média. Os números são referentes a 2022 (último ano de governo de Jair Bolsonaro), quando 54,2% dos postos de trabalho no país eram ocupados por pessoas pretas ou pardas, enquanto 44,7% eram ocupados por pessoas brancas.

Ainda segundo o IBGE, pessoas pretas ou pardas ocupavam a grande maioria dos postos de trabalho em atividades com menores rendimentos médios. Nos serviços domésticos, por exemplo, eram 66,4%; na construção, 65,1%; e, na agropecuária, 62%.

Em outro ponto de destaque da pesquisa, o IBGE apontou que 40,9% do total de trabalhadores do país ocupava posições informais. Entre mulheres pretas e pardas, esse percentual subia para 46,8%; entre homens pretos e pardos, 46,6%. Já entre as pessoas brancas, a proporção de trabalhadores na informalidade ficava abaixo da média do país: 34,5% entre as mulheres e 33,3% entre os homens.

"A proporção de trabalhadores em ocupações informais reflete desigualdades historicamente constituídas, como a maior proporção de pessoa de cor ou raça preta ou parda em posições na ocupação de empregados e trabalhadores domésticos, ambos, sem carteira de trabalho assinada, além de trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social", destacou o IBGE ao apresentar os números.

Diferença entre gêneros

Além do recorte racial, o levantamento apresentado nesta quarta pelo IBGE apontou diferenças importantes entre gêneros. O nível de ocupação dos homens ficou em 63,3%, enquanto entre as mulheres esse índice caiu para 46,4%. A diferença é grande mesmo entre profissionais com ensino superior completo: 84,2% dos homens nessa condição estavam ocupados; contra 73,7% das mulheres.

As pessoas subocupadas (ou seja, que trabalhavam menos de 40 horas semanais, gostariam de trabalhar mais e estavam disponíveis) eram 6,3% da população. A disparidade de raça e gênero fica clara quando comparado o percentual de homens brancos subocupados (3,8%) com o de mulheres negras na mesma condição: 9,4%.

Data da notícia: **07/12/2023**

Título: Datafolha: avaliação positiva do governo Lula é de 38% em cenário de estabilidade

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/07/datafolha-avaliacao-positiva-do-governo-lula-e-de-38-em-cenario-de-estabilidade>

Após 11 meses de mandato, a popularidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) permanece praticamente inalterada. Uma pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (7) mostra que Lula termina 2023 com 38% de aprovação, 30% de reprovação e outros 30% de avaliação regular.

Essa é a quarta rodada de pesquisa do Datafolha sobre a popularidade do presidente, que ouviu 2.004 eleitores em 135 cidades do Brasil na terça-feira (5). A margem de erro média é dois pontos para mais ou para menos. Ao longo da série, os números quase não se alteraram.

Lula é mais bem avaliado entre nordestinos (48% de bom ou ótimo) e entre pessoas com menos escolaridade (50% de aprovação). Já entre pessoas com nível superior, a reprovação ficou em 39%. Entre quem recebe mais de 10 salários mínimos ao mês, Lula tem 47% de avaliação ruim ou péssima.

No grupo dos mais jovens, Lula tem 40% de avaliação regular. Entre os evangélicos, a reprovação é de 38%; já entre os católicos, esse número é de 28%.

A pesquisa mostra que a avaliação majoritária é de que Lula fez menos que o esperado em seu primeiro ano de mandato: 57% das pessoas acreditam que o governo deveria ter realizado mais. Em março, esse índice era de 51%. Apenas 16% acreditam que Lula superou suas expectativas.

Data da notícia: **07/12/2023**

Título: Câmara aprova protocolo para prevenir violência contra mulheres

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-protocolo-para-prevenir-violencia-contra-mulheres/>

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira 6, um projeto de lei que cria o protocolo “Não é Não”, destinado para prevenir a violência contra mulher em ambientes que vendam bebida alcoólica, como bares, boates e casas de show.

A matéria agora segue para a sanção presidencial.

De autoria da deputada Maria do Rosário (PT) e outros parlamentares, o projeto determina adoção de uma série de medidas que visam a proteção da mulher...

Diversas delas tiveram inspiração no protocolo adotado pela Espanha, que permitiu a funcionários a rápida identificação da situação e fornecimento de suporte a uma mulher após ter sofrido agressão sexual por parte do jogador brasileiro Daniel Alves em uma boate.

“A proposta envolve setor privado e setor público, criando uma cultura de prevenção à violência para que toda mulher, de qualquer idade, possa frequentar um lugar sabendo que todas as pessoas lhe devem respeito acima de tudo”, explicou a relatora.

Entre as medidas, o texto determina que os estabelecimentos deverão ter pelo menos uma pessoa no quadro de funcionários qualificada para atender ao protocolo. Além disso, devem disponibilizar informações para acionar as autoridades em caso de perigo..

Em caso de constrangimento, os estabelecimentos deverão adotar ações para apresentar a integridade da vítima, bem como para preservar a dignidade da mulher e acionamento os órgãos de segurança pública.

O protocolo ainda prevê que o agressor seja retirado do recinto até o término do atendimento à vítima.

Data da notícia: **08/12/2023**

Título: Homem retirado de ocupação do MST no Pará estava armado e ameaçou famílias, diz movimento

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/08/homem-retirado-de-ocupacao-do-mst-no-para-estava-armado-e-ameacou-familias-diz-movimento>

Um vídeo que circula nas redes sociais bolsonaristas mostra o momento em que um homem é abordado e convidado a se retirar de uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As imagens foram registradas durante a ocupação de um complexo de fazendas em Parauapebas, no sudeste do Pará, no dia 20 de novembro, por mais de duas mil famílias.

A abordagem acontece pacificamente. Um grupo de militantes do MST vai até a casa e informa que o homem terá que deixar a residência, pois a propriedade foi ocupada. "Foi feita uma ocupação de terra, e vocês têm até as 8h [para sair]. A gente vai dar toda a acessibilidade para vocês, apoio", diz uma integrante do movimento.

O homem então questiona sobre o gado criado no local: "a parte de gado, essas coisas?", pergunta.

"A gente não vai mexer. Isso não é problema nosso", diz a acampada, que em seguida explica as etapas seguintes.

Em nota, o MST informou que a retirada do homem que aparece no vídeo aconteceu de forma respeitosa e sem violência. O comunicado informa que se trata de um vaqueiro "que estava armado e ameaçando as famílias ocupantes".

Sem relatar o contexto, as legendas apresentadas nos compartilhamentos nos perfis de extrema direita apontam para a criminalização do movimento, que estaria expulsando o proprietário da área.

O movimento acrescenta que o pedido para que o vaqueiro deixasse o local se justificava pela ocupação da fazenda e que, a partir daquele momento, "a reivindicação era de que o Incra [instituto responsável pela implementação da reforma agrária] e a Justiça fizessem a vistoria da terra, e, comprovada a sua situação ilegal, que a mesma fosse colocada à disposição da reforma agrária", diz a nota.

Segundo o MST, na propriedade, que está improdutiva e que seria fruto de grilagem, também foi encontrada uma família, que foi convidada a se juntar ao movimento. As condições de trabalho às quais os trabalhadores estavam submetidos, de acordo com o MST, eram análogas à de escravidão.

"Sua casa, já pequena, era usada para depósito das coisas da fazenda, tonéis, pedaços de maquinários e ração animal. Sua dormida era em rede armada a céu aberto, a cozinha, um barraco de palha improvisado. Tudo isso está devidamente registrado", detalha o comunicado.

Por fim, o MST condena a atuação da extrema direita, "que manipula informações e tenta criminalizar nossa organização, que jamais usará suas redes para defender os trabalhadores. Apenas para usar de trampolim midiático."

Data da notícia: **09/12/2023**

Título: Bolsonaroistas são os que mais reprovam a atuação do STF, mostra Datafolha

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaristas-sao-os-que-mais-reprovam-a-atuacao-do-stf-mostra-datafolha/>

A reprovação à atuação do Supremo Tribunal Federal cresceu no país: 38% dos brasileiros desaprovam o trabalho dos juízes da Corte, segundo rodada de pesquisa Datafolha divulgada neste sábado 9. Na última medição, o índice de reprovação era de 31%.

A aprovação ao Supremo caiu de 31% para 27%, segundo dados da pesquisa.

31% consideram o trabalho dos ministros da Corte regular; o percentual era de 34% na última aferição, feita em dezembro do ano passado.

A avaliação do STF é melhor entre aqueles que se declaram petistas: 45% acham o trabalho dos ministros ótimo ou bom. Já a reprovação é maior entre os bolsonaristas, sendo que 65% dos entrevistados deste grupo classificam a atuação como ruim ou péssima.

A pesquisa consultou 2004 eleitores em 135 cidades do País na última terça-feira 5. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Data da notícia: **11/12/2023**

Título: Governo regulamenta Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/11/governo-regulamenta-lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil>

O governo federal regulamentou a Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe o uso de construções hostis em espaços livres de uso público, como colocação de pedras embaixo de viadutos, por meio de um decreto publicado nesta segunda-feira (11).

A medida faz parte de um planejamento do governo federal, divulgado também nesta segunda-feira (11), depois de um prazo de 120 dias estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a elaboração e divulgação do plano.

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania deve criar um canal de denúncias pelo Disque 100 para a população enviar imagens de arquitetura hostil, como pontas e espetos de metal para impedir que as pessoas sentem no local e instalação de espinhos em áreas cobertas ou arame farpado.

De acordo com o cronograma do planejamento elaborado pelo governo federal, a legislação deve ser adaptada e regulamentada pelos municípios até dezembro de 2024. Também até o fim do próximo ano deve ser feita uma cartilha sobre arquitetura hostil para engenheiros, urbanistas e arquitetos.

Os dados mais recentes mostram que o Brasil tem 242,7 mil pessoas em situação de rua. O levantamento foi feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com base em informações do CadÚnico até outubro deste ano.

Somente no município de São Paulo, onde o padre Júlio Lancellotti atua em prol da população em situação de rua, são cerca de 60 mil pessoas nessas circunstâncias. O arcebispo, que também é coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, viralizou nas redes ao quebrar pedras instaladas embaixo de um viaduto pela prefeitura. Lancellotti denuncia a arquitetura hostil, no entanto, há décadas.

Data da notícia: **12/12/2023**

Título: Congresso deve votar na próxima quinta o veto de Lula ao Marco Temporal

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-deve-votar-na-proxima-quinta-o-veto-de-lula-ao-marco-temporal/>

O Congresso Nacional deve votar se acata ou derruba ao menos 40 vetos presidenciais na próxima quinta-feira, 14, entre eles, o veto ao Projeto de Lei do Marco Temporal, aprovado pelo Senado em setembro, após um julgamento contrário sobre o mesmo tema no STF.

A informação foi confirmada pelo senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) durante uma coletiva com a imprensa nesta terça-feira, 12. O líder do governo no Congresso também confirmou que, embora o intuito seja aprovar integralmente o veto proposto por Lula, é possível que somente parte do projeto seja vetada.

Por se tratar de uma pauta prioritária, a não votação do Marco Temporal impedirá o julgamento de todos os outros processos legislativos em trâmite no Congresso Nacional, outro fator que poderá motivar a ala governista a aceitar a apreciação do veto, mesmo com a eventual derrubada parcial.

O veto ao Marco Temporal tem sido um dos maiores fatores de desacordo entre governistas e oposição nas sessões conjuntas entre Câmara e Senado. Entre outubro e dezembro, diversas sessões que analisariam o veto foram canceladas.

Com prazo máximo até quinta-feira, 21, devido ao recesso parlamentar, para a aprovação de projetos e apreciação dos vetos presidenciais, a apreciação ocorrerá no momento em que o governo corre contra o tempo para aprovar pontos-chave que aumentarão a arrecadação e podem alterar o déficit fiscal no país em 2024.

Além do Marco Temporal, também deverão ser apreciados os vetos ao arcabouço fiscal e ao CARF, pautas prioritárias para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Data da notícia: **14/12/2023**

Título: Congresso rejeita vetos de Lula ao marco temporal e entidades indígenas devem recorrer ao STF

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/14/congresso-rejeita-vetos-de-lula-ao-marco-o-temporal-e-entidades-indigenas-devem-recorrer-ao-stf>

O Congresso Nacional rejeitou, nesta quinta-feira (14), o veto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao dispositivo que estabelece um marco temporal para a demarcação terras indígenas no país.

Entre os deputados, foram 321 votos contrários ao veto e 137 votos favoráveis. Já entre os senadores, foram 53 contrários e apenas 19 favoráveis. Agora, os trechos que haviam sido vetados serão incorporados à Lei 14.701/23, que estabelece o marco temporal no país.

Diante da derrubada dos vetos, há uma expectativa de que as entidades que representam movimentos indígenas entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos dias contra a legislação.

A deputada federal Célia Xakriabá e outros parlamentares da base do governo destacaram que a tese já foi declarada inconstitucional pelo STF no final de outubro. Nove dos 11 ministros deram razão aos povos indígenas ao reconhecerem que a Constituição não prevê um critério de tempo para validar as demarcações. Os únicos favoráveis ao marco temporal foram os dois integrantes da Corte indicados por Jair Bolsonaro (PL): Nunes Marques e André Mendonça.

Luis Ventura Fernández, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirmou que as entidades habilitadas a ingressarem com uma ADI no STF vão tomar essa decisão "nas próximas horas ou nos próximos dias". Fernández defendeu que a tese traz insegurança jurídica para os territórios indígenas no país e ameaça a sobrevivência dos povos.

O vice-presidente do Cimi também afirma que a derrubada dos vetos representa "o que significa o Poder Legislativo hoje no país". "O marco temporal é inconstitucional. É um fato. Algo que já foi declarado pelo STF. O Executivo também se manifestou pela inconstitucionalidade do marco temporal quando vetou trechos. Portanto não cabe uma

decisão do Congresso Nacional no sentido contrário. Dessa forma, o Congresso Nacional se coloca à revelia da Constituição", disse ao Brasil de Fato.

A deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP) afirmou que a despeito da derrota para o governo federal, "a luta continua". "O Congresso Nacional ataca mais uma vez os nossos direitos. Mesmo com o STF declarando inconstitucional a tese do Marco Temporal, o plenário desta casa aprovou a derrubada do veto 30/23 que protegia os direitos à terra dos povos indígenas. A luta continua!", disse em seu perfil no X, antigo Twitter.

No final de setembro, os parlamentares aprovaram a tese que limita o direito às terras somente aos indígenas que estavam ocupando o território requisitado na data em que foi implementada a Constituição Federal, 5 de outubro de 1988. Em 20 de outubro, Lula sancionou o projeto com um total de 34 vetos.

Trechos mantidos

Os congressistas, no entanto, mantiveram alguns trechos da legislação, como a parte que dava ao governo federal a possibilidade de tomar uma terra indígena para destiná-la a fins de interesse público e reforma agrária.

Outro ponto foi o não contato com indígenas isolados. Anteriormente, os congressistas haviam decidido que o Estado pode fazer esse tipo de contato. O governo Lula, entretanto, argumentou que a Constituição não indica para essa possibilidade. Agora, o argumento foi aceito pelos congressistas.

Os deputados e senadores, em sessão conjunta, também respeitaram o veto do presidente Lula à possibilidade de plantação de alimentos transgênicos em áreas de conservação ambiental.

A tese do marco temporal em si, que não teve acordo entre os congressistas, deve ser votada em separado. O veto à indenização para proprietários de terras consideradas indígenas no processo de demarcação de territórios também foi mantido.

Data da notícia: **15/12/2023**

Título: Ato em SP pede justiça por Carol Câmpelo, jovem lésbica brutalmente assassinada no Maranhão

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/15/ato-em-sp-pede-justica-por-carol-campelo-jovem-lesbica-brutalmente-assassinada-no-maranhao>

Coletivas lésbicas articuladas nacionalmente convocam uma manifestação para a próxima segunda-feira (18) na capital paulista, pedindo justiça em reação ao assassinato de Ana Caroline Sousa Câmpelo. A jovem lésbica de 21 anos foi morta com requintes de crueldade, no último domingo (10), em Maranhãozinho, cidade que fica a 232 km de São Luís (MA). O ato em São Paulo será às 18h na praça do Ciclista.

A jovem, nascida em Centro do Guilherme (MA) tinha se mudado há poucos meses com a companheira para a cidade. Trabalhava na loja de conveniência de um posto de gasolina e foi vista pela última vez por uma vizinha, sendo abordada por um homem numa motocicleta. O seu corpo foi encontrado pela Polícia Militar em uma estrada vicinal, sem a pele do rosto, o couro cabeludo, os olhos e as orelhas.

O enterro de Caroline na quarta-feira (12) na sua cidade natal ganhou ares de protesto, reunindo amigos e familiares que caminharam com faixas pedindo justiça. O caso, classificado por pessoas próximas a Carol e coletivas de lésbicas feministas como lesbocídio, está sendo investigado pela Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI).

“Não podemos deixar passar”

Entre as reivindicações do ato de segunda-feira (18), estão a imediata investigação do lesbocídio de Ana Caroline e todos os casos do tipo no Brasil; a implementação de um calendário nacional de enfrentamento ao lesbocídio; e a criação de instrumentos de pesquisa e registro para a produção de dados sobre a população lésbica no país.

“É preciso falar da morte de lésbicas que cresceu mais de 200% nos últimos três anos de acordo com o Dossiê do Lesbocídio e evidenciar a motivação desses crimes”, defende a ativista Anne Santos, fundadora do @desfeminilizei e uma das organizadoras do protesto.

“É difícil falar sobre isso, porque quando a gente está falando da sigla LGBT, é como se todas as violências cometidas contra esse grupo fossem iguais, mas não são. A gente está tratando de uma violência específica, que envolve misoginia. Por isso que a gente chama de lesbocídio”, explica Santos.

Para a ativista, mesmo em espaços do movimento LGBTQIA+ é preciso batalhar para que esta pauta tenha visibilidade. “Na sociedade, a lésbica desfeminizada é a lésbica visível. Então é aquela história né, você pode ser lésbica, desde que as pessoas não percebam que você é”, contesta.

Em contato com pessoas próximas a Carol, Anne conta que a sensação é de silenciamento do caso, apesar de ele ter chocado a população da região. “Prestamos acolhimento à esposa dela, que está muito abalada, mas aparentemente o que a família está pedindo é que esse caso não seja esquecido e que a morte de Ana Caroline tenha justiça”, afirma Anne.

“Ainda sentimos a perda da Luana Barbosa e das outras irmãs que a violência masculina tirou da gente”, afirma a convocatória da manifestação: “Não podemos deixar passar”. Segundo Anne, a proposta é que outros atos sejam organizados pelo Brasil.

Projeto de Lei Luana Barbosa

Luana, uma mulher negra, lésbica e periférica foi espancada até a morte por policiais militares em Ribeirão Preto (SP), em 2016. O episódio ganhou repercussão nacional e internacional. Agora, a mobilização em torno da justiça por Carol levanta a demanda pela aprovação do Projeto de Lei 1.667/2023, que leva o nome de Luana e tramita na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O texto, inicialmente proposto pela deputada estadual Mônica Francisco (PSOL-RJ) e idealizado pela editora da Revista Brejeiras, Camila Marins, prevê campanhas e ações públicas no combate à violência contra mulheres lésbicas.

Luana, uma mulher negra, lésbica e periférica foi espancada até a morte por policiais militares em Ribeirão Preto (SP), em 2016. O episódio ganhou repercussão nacional e internacional. Agora, a mobilização em torno da justiça por Carol levanta a demanda pela aprovação do Projeto de Lei 1.667/2023, que leva o nome de Luana e tramita na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O texto, inicialmente proposto pela deputada estadual Mônica Francisco (PSOL-RJ) e idealizado pela editora da Revista Brejeiras, Camila Marins, prevê campanhas e ações públicas no combate à violência contra mulheres lésbicas.

“Queremos a aprovação do PL Luana Barbosa, mas o que reivindicamos é um calendário nacional de enfrentamento ao lesbocídio”, salienta Anne Santos.

Data da notícia: **15/12/2023**

Título: MPF recupera e envia ao STF vídeo com conteúdo golpista apagado por Jair Bolsonaro; prova pode incriminar ex-presidente

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/15/mpf-recupera-e-envia-ao-stf-video-com-conteudo-golpista-apagado-por-jair-bolsonaro-prova-pode-incriminar-ex-presidente>

O Ministério Público Federal (MPF) recuperou um vídeo publicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro questionando o resultado da eleição presidencial de 2022. A publicação foi feita em 10 de janeiro, dois dias após os atos golpistas que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos três Poderes, em Brasília. Duas horas após a postagem, Bolsonaro apagou o vídeo.

Um relatório técnico que comprova a recuperação do vídeo foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos. Agora o relatório será anexado ao processo que investiga a incitação aos atos antidemocráticos.

No vídeo, o procurador do Estado do Mato Grosso do Sul Felipe Marcelo Gimenez contesta, em entrevista à Rádio Hora 92,3, o resultado e a validade das eleições gerais de 2022. Devido à publicação, o MPF solicitou a inclusão de Bolsonaro no processo ainda em janeiro deste ano.

No mesmo mês, no dia 13, a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou ao STF a preservação do material. No entanto, a Meta – responsável pelo Facebook, rede social onde a mídia foi compartilhada – afirmou que não poderia garantir a preservação do material, uma vez que não teria sido intimada em tempo hábil.

Por isso, o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, também pediu ao STF uma investigação da conduta da própria empresa. "A certificação do cumprimento das ordens judiciais é fundamental para adoção de eventuais medidas contra a Meta Platforms Inc, caso não seja comprovada a ausência de intimação", diz a manifestação.

Data da notícia: **16/12/2023**

Título: Sobreviventes de feminicídio relatam marcas da violência e ausência de políticas para seguirem vivas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/16/sobreviventes-de-feminicidio-relatam-marcas-da-violencia-e-ausencia-de-politicas-para-seguirem-vivas>

"A violência não acontece de um dia para outro, acontece com pequenas agressões verbais e a gente não se dá conta. A gente vai deixando passar, um cala boca, você é idiota, começa assim. Logo em seguida o pedido de desculpa. E a gente sofre violência psicológica e não dá por conta que isso é violência, e isso tende a crescer."

O desabafo acima é da técnica em Enfermagem Thais Hipólito, 39 anos, sobrevivente de feminicídio, em 2021. O agressor foi seu primeiro namorado, e marido há 18 anos. Eles tiveram três filhos, uma menina de 17 anos e gêmeos de seis anos.

A situação começou a piorar, segundo ela, depois da separação. De acordo com Thais três meses após o término, ao visitar as crianças, sofreu agressões do ex. Registrou ocorrência e teve medida protetiva que impedia o agressor de se aproximar. "A nossa filha que na época tinha 11 anos tentou intervir botando a mão para ele não me bater, ele acabou torcendo o braço dela. Consegui expulsar ele e foi embora, fiz uma medida protetiva, pedi uma estendida para as crianças, mas o juiz entendeu que ele não apresentava risco para as crianças."

A medida não foi renovada e ela por um breve período viveu em paz, contudo logo vieram as agressões psicológicas e verbais, até mesmo da atual companheira dele. "Ele não pagava pensão, não ajudava com nada, nem levar o filho ao médico, eu tinha que trabalhar, sustentar e dar conta de tudo."

Em maio de 2021, após um plantão de 18 horas de trabalho ela foi agredida novamente. Na noite anterior ele chegou a mandar um áudio dizendo que queria fazer uma chamada de vídeo para falar com as crianças, ela disse que estava trabalhando e não teria como, mas que no dia seguinte, sim. "Perguntei porque ele não havia mandado [mensagem] para a

filha mais velha, ele disse que ela não respondia, que eu tinha feito a cabeça dela, me xingou e eu estava no trabalho, no plantão noturno, como técnica de enfermagem.”

No dia seguinte, um domingo, quando seria a folga dela, e em que ela se divertia com os filhos, ele apareceu. Thais estava sozinha em uma parada de ônibus, quando o ex se aproximou e simulou um assalto, ela fez de conta que não havia reconhecido.

“No momento que ele falou que era um assalto pensei que ele queria me dar um susto, me bater e ficar por isso mesmo. Uma pessoa com quem tu viveu 18 anos, tu não acha que vai fazer algo assim tão sério. Ele me deu um mata leão e a primeira facada no pescoço, defendi meu rosto, tive facada no seio, costas, no braço, abdômen e a minha sorte que um rapaz apareceu para me ajudar. Mesmo com o rapaz ele me esfaqueou mais uma vez nas costas. Eu tenho marcas de defesa na mão, no braço.”

Na ocasião o agressor fugiu e acabou preso horas depois em Balneário Pinhal, no Litoral Norte, e confessou o crime à polícia. O julgamento deve acontecer em 2024.

“Meu corpo me lembra todos os dias, através das cicatrizes e das intensas dores das sequelas. Sinto medos profundos e irracionais a cada data que marca os meses passados do atentado, são marcas que foram profundas, marcas deixadas no corpo e na alma. São marcas que nunca vão ser apagadas. Toda vez que olho no espelho eu lembro o que aconteceu e quanto eu lutei para me manter viva por causa dos meus filhos”, conta.

“A gente sempre acha que é uma história que é contada por outra pessoa”

“A importância de dar voz para nós mulheres sobreviventes é por conta da conscientização. Nós mulheres, como foi meu caso, que denunciei uma vez e não fiz uma outra medida protetiva achando que a gente vai conseguir, por meios próprios, ou que o parceiro vai se importar com ela ou com os filhos, ser mais tolerante... Não, não existe nada disso, não existe consideração, nem pela história que viveu com a gente. Então que dê voz para nós sobreviventes para ficar um alerta para outras mulheres, que a gente não pode subestimar o ser humano. A pessoa pode ter vivido anos com a outra, mas quando quer fazer o mal ela faz e eles dão sinais o tempo inteiro. E a gente até sabe que é um sinal, mas não quer acreditar.”

Também sobrevivente de feminicídio, Carol Santos, do Movimento Feminista Inclusivas, tinha 19 anos quando foi vítima de tentativa por um ex-namorado. Foi em abril de 2000. “Ele foi até a minha casa, me deu um tiro pelas costas, matou o meu namorado e se suicidou. Passei seis anos dentro de casa, vendo o meu corpo definhando, criando feridas. Naquela época,

não havia a lei Maria da Penha. Não tive informação nenhuma de como poderia continuar a minha vida numa cadeira de rodas”, relata.

Ela voltou a estudar, contudo, ainda com o sentimento de culpa. “Foram 13 anos em que carreguei esse sentimento. Ninguém conversava comigo. Ninguém me dizia ‘Tu és uma vítima, tu não és uma culpada. A gente sabe que a culpabilização das mulheres em relação a violência é muito forte. Somos culpadas por não quisermos mais os caras, não querer continuar relacionamentos tóxicos, abusivos.”

Tudo começou a mudar, quando conheceu a jornalista Télia Negrão, do Levante Feminista, e de participar de uma atividade dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A partir de então, ela está na militância há 10 anos, sendo uma das fundadoras do Movimento Feminista Inclusivass, que este ano lançou a 2ª edição do Projeto Histórias Contadas, criado em 2021 e que reúne relatos de sobreviventes de feminicídio no Rio Grande do Sul.

“O [projeto], lançado em novembro, amplia o debate, já pensando em uma legislação voltada a uma política pública de cuidado para as sobreviventes. E estamos ampliando a participação nacionalmente.”

Conforme enfatiza Carol, é muito importante dar voz as sobreviventes de feminicídio. “Elas seguem vivas com as marcas da tentativa de um feminicídio, com as dores, com os danos causados, tanto físicos, quanto psicológicos. Isto não é falado. O Estado prefere contabilizar os corpos do que dar voz, suporte e garantias. Falar das sobreviventes é acender esse alerta”, afirma.

Vazios assistenciais

O Rio Grande do Sul vive uma epidemia de violência contra a mulher nos últimos anos. E se agravou no período da pandemia, quando as mulheres ficaram em isolamento nas suas casas ao lado dos agressores. Realidade confirmada por mulheres que estão na linha de frente do combate à violência.

Somado a esse contexto, pontua Carol, houve principalmente nesse período da crise sanitária, ausência de políticas públicas. “Não tem como se falar de violência contra as mulheres se não tivermos um governo comprometido com essa garantia. O abandono político diante da vida das mulheres se reflete no aumento dos crimes de feminicídio e de tentativa de feminicídio e, ainda, com o aumento dos crimes de estupro. É um abandono. A Rede Lilás foi fechada, a Secretaria de Políticas para a Mulheres não existe mais.”

O Brasil registrou em 2022 o maior número de estupros da história, de acordo com a 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Foram 74.930 vítimas, sendo que mais da metade (56.820 mil casos) são estupros de vulnerável, ou seja, crimes praticados contra menores de 14 anos.

Ao comentar sobre a questão das sobreviventes de feminicídio, em especial aquelas que ficam com sequelas, Carol ressalta que há falta de dados, de estatística. "Quantas das mulheres que são vítimas de violência se tornam mulheres com deficiência? Mesmo as mulheres que não têm deficiência não conseguem acessar uma rede de enfrentamento, uma delegacia, ter uma casa de acolhimento. As próprias mulheres trans sofrem uma invisibilidade muito cruel. Os crimes de violência contra a população LGBTQIAP+ são crescentes, existem, mas não fazem parte da estatística."

Voltando ao caso das mulheres portadoras de deficiência, Carol pontua que, estando ao lado dos seus agressores, fica difícil denunciar, buscar ajuda, por dependerem daquele cuidador. "Os dados do Rio Grande do Sul não mostram quem são as mulheres que sofrem violência e onde estão."

Conforme aponta Lara Werner, sanitarista e extensionista da Clínica Feminista* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), no estado gaúcho há vazios assistenciais, principalmente nas regiões rurais. "Imagina você passar por violência sem ter uma rede de serviços próxima que possa acessar em 30 minutos ou, no máximo, uma hora? O Estado sofreu golpes consideráveis contra as políticas de enfrentamento a violência", afirma.

Segundo relata Lara, há mulheres que tem tido danos físicos, psíquicos, bastante severos. Para ela, o judiciário infelizmente não tem lidado com a extensão e a particularidade desse tipo de violência.

"Há muita revitimização no itinerário institucional das mulheres vitimadas pela violência de gênero. Precisamos levar essa temática a sério. O movimento Mães de Maio tem uma lição de estatística para nos dar: quantos mortos o Estado pode tolerar? Não é para nenhuma pessoa morrer sob a responsabilidade do Estado. Diante de cada mulher violentada e vitimada, por vezes letalmente, pela violência de gênero, é preciso encarar que esse feminicídio também é provocado pelo Estado a partir do momento em que não dá a devida importância para isso."

De janeiro até novembro deste ano, segundo o Monitoramento dos Indicadores de Violência Contra as Mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, o estado registrou 80 feminicídios consumados e 213 tentativas.

“Os números sobre a violência de gênero não revelam a possibilidade do percentual de subnotificação. Quantos casos que não se notificam para cada caso que se notifica? Temos que prestar atenção em outro ponto. Vejam o caso da Elisa Samúdio (namorada do goleiro Bruno de Souza, do Flamengo, vítima de feminicídio cujo corpo nunca foi encontrado). Veiculam-se os dados que chegam à segurança pública e eles reduziram... Mas aumentou o número de pessoas desaparecidas”, questiona Lara.

“A gente respira um pouco mais aliviada com a notícia de que os feminicídios estão diminuindo, mas as famílias continuam angustiadas porque tem situações em que o corpo das pessoas sequer aparece. Pessoas desaparecerem em uma democracia não é aceitável. Onde estão essas mulheres? A gente precisa falar sobre isso”, acrescenta.

Necessidade de legislação

Segundo dados da Lupa Feminista – uma parceria com o Levante Feminista Contra o Feminicídio nacional e estadual – para cada vítima de feminicídio, há duas sobreviventes. “Percebemos o quanto é urgente criar uma legislação, que é o que a gente vem buscando enquanto movimento”, expõe Carol.

De acordo com ela, há relatos de sobreviventes que estão há seis meses esperando o Bolsa Família. “Isto tem que ser prioridade para essas mulheres poderem continuar. Os movimentos feministas que gritam tanto pela questão do feminicídio, têm que gritar também por quem fica viva. Precisamos desse novo grito”, complementa.

Para Lara, trabalhar com sobreviventes de feminicídio e seus familiares, sobretudo os filhos, é lidar com a ação coletiva do trauma e com características muito específicas. “Por exemplo, as perícias são momentos de muito constrangimento, de pouco preparo social para abordar essas mulheres, pouca compreensão do que significa viver com um trauma cotidianamente.”

Na avaliação da sanitarista, o Rio Grande do Sul tem falhado em relação à reabilitação física de mulheres vitimadas pela violência. “Estamos falando de pessoas fortemente lesionadas que deveriam estar acessando fisioterapia, por exemplo. Tentamos armar redes para atender a essas demandas na medida em que elas nos aparecem.”

Lara pontua que existe um processo de reabilitação psíquica, de entender o tamanho da ferida. “Vemos que, muitas vezes, sobreviventes de feminicídio precisam mudar de cidade ou de estado para não correrem o risco de encontrarem seus agressores ou familiares desses agressores. O estado de alerta é constante”, frisa.

Carol acredita na educação dos nossos filhos e filhas como uma luz no fim do túnel. “Tenho um menino e uma menina. O Robert tem 10 anos e, desde quando estava na minha barriga, ele acompanha meu ativismo, acompanha todo esse processo da mãe ativista e sobrevivente. Acredito também no comprometimento dos governos. Não tem como frear a violência se não tivermos o comprometimento dos legisladores também”, conclui.

* É um programa de extensão da Ufrgs, vinculado ao Instituto de Psicologia, e à pós-graduação de Psicologia Social, em parceria com a clínica de atendimento psicológico da Ufrgs e com organizações da sociedade civil, caso da Themis, Gênero e Direitos Humanos e das Promotoras Legais Populares. A clínica oferta espaços de escuta tanto na modalidade virtual online quanto presencial. Há rodas de mulheres de acolhimento permanente. E nesses acolhimentos se faz toda uma orientação que vai de acompanhamento terapêutico à rotas críticas, como registro de boletins de ocorrência.

Data da notícia: **17/12/2023**

Título: Novas denúncias indicam que garimpeiros voltaram a invadir a Terra Indígena Yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/novas-denuncias-indicam-que-garimpeiros-voltaram-a-invadir-a-terra-indigena-yanomami>

Os garimpeiros voltaram a explorar ouro na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A Hutukara Associação Yanomami afirma que já realizou 15 denúncias desde agosto deste ano, informando que houve uma retomada da atividade garimpeira na região.

A volta dos garimpeiros já é reconhecida pelo Ministério Público Federal do Estado de Roraima. “O que a gente observa é que o garimpo retornou aos pontos mais desmatados.

Até outubro e setembro o Exército estava mais engajado”, contou Alisson Marugal, promotor da República, em entrevista ao site UOL.

De acordo com as denúncias da Hutukara, os garimpeiros teriam estuprado indígenas e invadido casas na região. Para escapar da fiscalização, o garimpo tem trabalhado na madrugada.

Em uma das denúncias, os yanomami detalham a atuação dos garimpeiros. “Eles estão trabalhando à noite, não estão mais derrubando árvores. Eles têm uma estrutura de helicópteros e aviões, estão aproveitando a fragilidade do governo”, diz o documento.

De acordo com lideranças locais, as Forças Armadas reduziram o operativo na região desde setembro, o que facilitou o retorno dos garimpeiros. Há quase um ano, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) expulsou o garimpo da Terra Indígena Yanomami e os militares passaram a monitorar a região.

Data da notícia: **18/12/2023**

Título: Bolsa Família é apontado como programa mais importante para a economia

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/economia/bolsa-familia-e-apontado-como-programa-mais-importante-para-a-economia/>

O Bolsa Família, lançado em 2003, foi apontado como o programa mais importante para a economia brasileira nas últimas décadas, segundo a 15ª edição da Pesquisa Observatório Febraban (Federação Brasileira de Bancos), realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe). Em segundo lugar aparece o Plano Real.

O levantamento foi feito com uma amostra de três mil entrevistados, representativa da população brasileira, no período de 3 a 9 de dezembro, e tem margem de erro de 1,8 pontos percentuais para mais ou para menos.

Em uma lista de 12 programas ou ações realizadas nas últimas décadas no país, o Bolsa Família foi apontado por 26% dos entrevistados como o mais importante para a economia

brasileira nas últimas décadas; seguido do Plano Real (23%); a abertura da economia para o comércio internacional (15%); o Auxílio Emergencial (9%); a participação do Brasil no BRICS (5%); e a Lei de Responsabilidade Fiscal (3%).

A descoberta do Pré-Sal foi apontada por 3% dos entrevistados, seguida da Reforma Trabalhista (2%); a Reforma da Previdência (2%); a Reforma Tributária (2%); o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC (2%); e o Programa de privatização das telecomunicações, energia e siderurgia (1%).

“O Plano Real e o Bolsa Família são vistos como as duas principais marcas da economia brasileira na Nova República. O que significa que a estabilidade da moeda juntamente com as políticas sociais são ambas valorizadas como as mais relevantes alavancas do nosso desenvolvimento, avalia o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Ipespe.

O levantamento mostra ainda que há diferenças relevantes entre os perfis dos entrevistados que optaram pelo Bolsa Família ou pelo Plano Real, os dois programas indicados como os mais importantes na pesquisa.

A menção ao Bolsa Família é maior entre as mulheres (29%); na faixa de 18 a 24 anos (33%); entre os que estudaram até o fundamental (34%) e na faixa de renda até dois salários mínimos (35%). Já o Plano Real foi mais apontado entre os homens (26%); a faixa de 45 a 59 anos (29%); entre os que têm formação universitária (34%); e no segmento de renda acima de cinco Salário Mínimos (33%).

O Bolsa Família foi criado em 2003, na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, para combater a pobreza e facilitar o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Já o Plano Real foi lançado em 1994, no governo Itamar Franco, com objetivo de conter a hiperinflação no país que, no ano anterior, havia chegado a 2.477%.

Data da notícia: **19/12/2023**

Título: MPF pede ao Supremo para proibir apreensão de adolescentes sem flagrante no Rio

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mpf-pede-ao-supremo-para-proibir-apreensao-de-adolescentes-sem-flagrante-no-rio/>

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro encaminhou nesta terça-feira 19 um pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) proíba a apreensão de crianças e adolescentes quando não há flagrantes de atos infracionais. Cabe agora à Procuradoria Geral da República (PGR) avaliar se entra com a ação na última instância do Poder Judiciário.

No mesmo documento, o MPF também pede que o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública estadual atue no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ou em outro tribunal com o mesmo objetivo.

A disputa judicial sobre o tema começou na sexta-feira 15. O primeiro passo foi dado pelo juízo da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ao tentar coibir os abusos da Operação Verão, que é o reforço de patrulhamento policial principalmente nas praias da Zona Sul carioca. Nesse sentido, a Justiça proibiu que a prefeitura e o estado apreendam crianças e adolescentes ou os conduzam à delegacia apenas para verificação.

O governo estadual e a prefeitura recorreram. No dia seguinte, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-RJ), desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, suspendeu a decisão anterior e as apreensões sem flagrante voltaram a ser autorizadas. As duas gestões públicas alegaram que “admitir, de um lado, que jovens em situação de vulnerabilidade vaguem pelas ruas sem identificação e desacompanhados” seria uma subversão da lógica contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E defenderam que não haveria nenhuma forma de preconceito nas abordagens.

No pedido de hoje do MPF, o procurador Julio José Araujo Junior argumenta que o STF já se manifestou sobre o assunto ao julgar improcedentes os pedidos do Partido Social Liberal (PSL) em 2019. Na época, o partido pedia que fosse declarada inconstitucionalidade de alguns itens do ECA. Entre eles, a autorização de apreensão de menores de idade apenas em casos de flagrante ou de cumprimento de mandados judiciais. A decisão do STF reforçou que nenhuma criança pode sofrer interferências arbitrárias ou ilegais na liberdade de locomoção.

Outro argumento do MPF cita uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2017, dada por ocasião do Caso Favela Nova Brasília. Nela, foram reconhecidos os abusos de agentes do Estado no âmbito da segurança pública no Brasil. Foi condenada a

ideia de prevenção ligada a fatos que ainda não ocorreram ou que poderiam vir a ocorrer. Um item específico falou sobre a necessidade de construir protocolos claros de abordagem policial, para que se evite qualquer tipo de abuso de autoridade.

Data da notícia: **20/12/2023**

Título: Trabalho infantil no Brasil cresceu quase 5% entre 2019 e 2022, diz IBGE

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-infantil-no-brasil-cresceu-quase-5-entre-2019-e-2022-diz-ibge/>

Após a pandemia de Covid-19, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou um crescimento de 4,9% de trabalho infantil no País. Ao todo, cerca de 1,9 milhão de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, estavam em situação de exploração no Brasil durante o ano de 2022.

Os dados estão contidos na nova edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta quarta-feira 20.

Do total de 1,9 milhão, 23,9% tinham entre 5 e 13 anos; 23,6% tinham entre 14 e 15 anos e 52,5% tinham 16 e 17 anos de idade.

Em relação às horas trabalhadas, 40,6% dessas crianças e adolescentes realizavam jornada de até 14 horas semanais. Já a menor proporção, de 14,0%, era daqueles que trabalhavam de 25 a 39 horas semanais. Entre os adolescentes com 16 a 17 anos, 32,4% trabalhavam durante 40 horas ou mais por semana.

Em 2022, destas crianças, 756 mil exerciam atividades da Lista TIP, do governo federal, que elenca as piores formas de trabalho infantil no País.

A lista inclui trabalho na construção civil, em matadouros, oficinas mecânicas, comércio ambulante em locais públicos, coleta de lixo, venda de bebidas alcoólicas. No geral, serviços que envolvem risco de acidentes ou são prejudiciais à saúde. A operação de

tratores e máquinas agrícolas, processo produtivo de fumo, algodão e cana-de-açúcar e aplicação de agrotóxicos são outras das atividades que entram nessa lista.

Essa realidade, registra o IBGE, predomina entre crianças pretas ou pardas. Em 2022, eles representavam 66,3% do grupo de 5 a 17 anos exposto a essa situação. Entre os brancos, a taxa era de 33%.

O contingente é ainda maior entre os meninos. Em 2022, eles eram 65,1% da população nessa situação. As meninas estavam em 34,9%.

Rendimento desigual

O rendimento das crianças em situação de trabalho infantil registrado pela pesquisa foi de 639 reais para meninas e 757 reais para os meninos nessa situação.

Já o rendimento das crianças e adolescentes pretos ou pardos em trabalho infantil foi de 660 reais, equivalente a 80,8% do rendimento das crianças e adolescentes brancos, que conseguiam em média 817 reais.

Data da notícia: **21/12/2023**

Título: STF retoma em 2024 julgamentos iniciados neste ano; descriminalização do porte de drogas e do aborto estarão na pauta

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/21/stf-retoma-em-2024-julgamentos-iniciados-neste-ano-descriminalizacao-do-porte-de-drogas-e-do-aborto-estara-na-pauta>

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, vai montar a pauta de julgamentos para o próximo ano até o fim de dezembro. O recesso da corte termina em fevereiro e deve retomar processos já iniciados.

Drogas

Um dos assuntos que será retomado é a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Em agosto deste ano, o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do ministro André Mendonça. Até o momento, votaram a favor da descriminalização

Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber. Somente o ministro Cristiano Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Corte, votou contra.

À imprensa, Barroso afirmou que o julgamento é sobre a quantidade de maconha que distingue o usuário do traficante. “Se o Supremo não definir isso, quem fará é o policial no momento do flagrante. Não há solução fácil para lidar com as drogas no mundo inteiro. Esse é um problema que deve ser enfrentado, mas o que posso dizer é que a política pública que praticamos no Brasil não funciona”, afirmou

A discussão sobre o tema no STF está em andamento desde 2015. A ação põe em debate a interpretação do artigo 28 da Lei de Drogas (11.343/2006), que elenca as penas para quem "adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar".

Aborto

Outro assunto é a descriminalização do aborto. “Penso que o debate na sociedade brasileira ainda não está amadurecido. E as pessoas não têm a exata consciência do que está sendo discutido. É preciso fazer um debate esclarecido, a discussão que se coloca é saber se a mulher que teve o infortúnio de fazer um aborto deve ser presa, que é a consequência da criminalização”, disse o presidente do STF.

De acordo com o ministro, a função da Corte neste momento é “saber se a mulher que teve o infortúnio de fazer o aborto deve ser presa”. A ação que está em julgamento no STF foi protocolada pelo PSOL, que pediu a anulação de dois artigos do Código Penal. Os trechos em questão estabelecem um a três anos de prisão para mulheres que abortaram até o terceiro mês de gestação.

Atualmente, a legislação permite a realização de aborto em casos de gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto. Até o momento, somente Rosa Weber votou favorável à descriminalização. O presidente Luís Roberto Barroso, no entanto, suspendeu o julgamento, que deve ser retomado somente em plenário presencial. Weber votou no modo virtual.

Lei das Estatais

No início de dezembro, foi suspenso o julgamento acerca de trechos da Lei das Estatais que determinam um prazo de três anos para dirigentes políticos assumirem cargos na

direção e nos conselhos administrativos de empresas públicas, sociedade de economia mista e subsidiárias e que proíbem a participação de ministros, secretários e parlamentares em altos cargos dessas empresas.

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.331 foi interrompida após um pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Antes, André Mendonça já tinha votado a favor da constitucionalidade das regras. “Entendo que o dispositivo em discussão atende não apenas a uma regulamentação específica da nossa Constituição, mas está inserido também num contexto de boa governança pública de todo o mundo”, disse o ministro durante o seu voto.

O ministro Ricardo Lewandowski, hoje aposentado, já tinha votado pela inconstitucionalidade dos trechos da legislação, promulgado pelo ex-presidente Michel Temer. Os outros ministros aguardam para votar.

Revisão da vida toda do INSS

No próximo ano, os ministros também devem concluir o julgamento de um recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a revisão da vida toda da aposentadoria. Em dezembro do ano passado, a Corte permitiu o recálculo do valor da aposentadoria a fim de incluir salários recebidos do plano Real, pagos em outras moedas.

O STF decidiu que os aposentados que têm direito à revisão são aqueles que se aposentaram nos últimos 10 anos, com regras anteriores à Reforma da Previdência, promulgada em 13 de novembro de 2019. Ou seja, a aposentadoria deve ter sido concedida com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

O que motivou a ação que permitiu o recálculo foi a reforma da Previdência de 1999, realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, que mudou as equações de cálculo dos benefícios, determinando que os pagamentos antes do Plano Real (1994) não seriam considerados para pessoas que já contribuía com o INSS naquela época.

A tese aprovada em 2022 diz que "o segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável".

Até o momento, os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lúcia votaram pelo direito de revisão. Já os ministros Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso foram contrários. Em 1º de dezembro, Moraes suspendeu o julgamento.

Correção do FGTS

Deve ficar para o próximo semestre também o julgamento que decidirá qual será o critério para a correção monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A ação entrou na pauta devido a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo partido Solidariedade, questionando a utilização da Taxa Referencial (TR) na correção dos saldos das contas do FGTS, que é inferior ao índice utilizado nas poupanças.

A ação começou a ser julgada em abril deste ano. Até o momento, Luís Roberto Barroso, André Mendonça e Kassio Nunes Marques votaram a favor da tese segundo a qual a remuneração do FGTS não pode ser menor do que a da caderneta de poupança. No início de novembro, o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin.

Em seu voto, Barroso disse que a correção pela TR é muito baixa. “Se concordamos que o FGTS pertence ao trabalhador, o que a União faz é gerir recursos de terceiros. Quem está gerindo recursos tem deveres mínimos de razoabilidade, inclusive para que não haja locupletamento ilícito. O dinheiro fica lá paradinho. E a regra do mercado é: quanto menor a liquidez, maior a remuneração”, disse o ministro relator.

Data da notícia: **21/12/2023**

Título: PSOL vai ao STF contra decisão que liberou apreensão de menores sem flagrante no Rio

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/psol-vai-ao-stf-contra-decisao-que-liberou-apreensao-de-menores-sem-flagrante-no-rio/>

Parlamentares do PSOL recorreram ao Supremo Tribunal Federal solicitando a suspensão da decisão do Tribunal de Justiça do Rio, que permite apreensão de crianças e adolescentes sem flagrante de ato infracional.

No dia 16 de dezembro, o presidente do TJ-RJ suspendeu uma decisão liminar da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Capital, que havia determinado que Estado e Município do Rio de Janeiro se abstivessem de apreender menores sem flagrante ato infracional.

Em reclamação constitucional encaminhada ao Supremo, os parlamentares justificam que a decisão do Presidente do TJRJ 'contraria frontalmente' entendimento vinculante do STF nos autos da ADI 3446', além de inobservar o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, texto constitucional do que o Brasil é signatário.

Assinam a reclamação constitucional os deputados federais do PSOL Tarcísio Motta, Talíria Petrone, Henrique Vieira e Glauber Braga, e os deputados estaduais Renata Sousa, Flávio Serafini e Dani Monteiro.

Data da notícia: **22/12/2023**

Título: Lula indica Vera Lúcia Araújo para ministra substituta do TSE

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/justica/lula-indica-vera-lucia-araujo-para-ministra-substituta-do-tse/>

O presidente Lula (PT) definiu nesta sexta-feira 22 a indicação da advogada Vera Lúcia Santana Araújo para uma vaga de ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral. A escolha será formalizada em edição extra do Diário Oficial da União.

Araújo será a segunda mulher negra no TSE. Em junho, Lula indicou a advogada Edilene Lôbo para outra cadeira de substituta.

A nova indicada, que constava de uma lista tríplice enviada a Lula pelo Supremo Tribunal Federal, ocupará o posto que foi de Maria Claudia Bucchianeri até agosto.

Atualmente, os ministros titulares do TSE são:

- Alexandre de Moraes (presidente);
- Cármen Lúcia;
- Kassio Nunes Marques;

- Raul Araújo (corregedor-geral);
- Maria Isabel Gallotti;
- André Ramos Tavares;
- Floriano de Azevedo Marques.

A atual relação de ministros substitutos tem:

- André Mendonça;
- Dias Toffoli;
- Gilmar Mendes;
- Antonio Carlos Ferreira; e
- Edilene Lôbo

Data da notícia: **23/12/2023**

Título: Quaest: 72% dos brasileiros são contra legalizar aborto, mas 84% não querem mulher presa

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quaest-72-dos-brasileiros-sao-contra-legalizar-aborto-mas-84-nao-querem-mulher-presa/>

Uma pesquisa divulgada pela Genial/Quaest apontou que 72% dos brasileiros se manifestam de forma contrária à legalização do aborto, mas 84% dizem que a mulher que fizer um aborto não deve ser presa.

O estudo foi publicado neste sábado 23. De acordo com o levantamento, somente 25% disseram ser favoráveis à legalização do aborto, e 15% afirmaram que a mulher que fizer um aborto deve ser punida com a prisão.

Em publicação na rede social X, antigo Twitter, o presidente da Quaest, Felipe Nunes, escreveu que “o conservadorismo na sociedade é evidente na pesquisa, mas chama atenção a postura social no caso do aborto”. Nunes destacou o que chamou de “postura antipunitivista” na discussão.

A pesquisa vai ao ar dias após o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, ter dito que não pretende pautar “em curto prazo” o debate sobre o aborto entre os ministros da Corte.

O plenário começou a julgar em setembro deste ano uma ação protocolada pelo PSOL em 2017. A então ministra Rosa Weber, proferiu o primeiro voto, a favor da descriminalização do aborto, mas o julgamento foi suspenso porque Barroso pediu que o caso fosse retirado do plenário virtual e levado ao presencial.

Para o magistrado, o tema não está “amadurecido” e a sociedade “ainda não tem a exata consciência do que está sendo discutido”. A jornalista, ele afirmou que “ser contra o aborto é diferente de achar que a mulher que precisou fazer [o aborto] deve ser presa”.

Data da notícia: **24/12/2023**

Título: USP dá diploma honorífico a dois estudantes mortos na ditadura militar

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/usp-da-diploma-honorifico-a-dois-estudantes-mortos-na-ditadura-militar/>

Cinquenta anos depois de serem assassinados na ditadura militar brasileira, dois estudantes da Universidade de São Paulo foram homenageados pela universidade com diplomas honoríficos neste mês. Mortos em 1973, Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz foram alunos do Instituto de Geociências (IGc) na década de 1970 e também militantes do movimento estudantil da USP.

A homenagem faz parte do projeto Diplomação da Resistência, iniciativa da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento e da vereadora paulistana Luna Zarattini (PT), com o Instituto de Geociências da USP.

As duas diplomações póstumas são as primeiras entre 33 homenagens que a universidade deve promover por meio do projeto para estudantes que foram assassinados pela ditadura militar. O objetivo, informou a instituição, é “reparar as injustiças e honrar a memória dos ex-alunos”.

“Diplomar estudantes que foram assassinados na ditadura significa reparar uma dívida histórica que a universidade tem com esses estudantes. Muitos deles se destacaram academicamente, politicamente e, por razões óbvias, não puderam finalizar seus estudos porque estavam mortos”, disse Renato Cymbalista, coordenador da Diretoria de Direitos Humanos e Políticas de Memória, Justiça e Reparação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento.

“É muito importante que a universidade reconheça essa enorme ruptura, essa tragédia, e se coloque em uma posição de solidariedade e de empatia com os familiares, com os amigos e com os parentes das vítimas e também consiga se colocar como uma instituição que não aceita a violação de direitos humanos”, acrescentou, em entrevista à Agência Brasil.

Em 2013, a universidade criou a sua própria Comissão da Verdade para examinar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos que foram praticadas contra docentes, alunos e funcionários da universidade durante a ditadura militar brasileira.

No relatório final, a Comissão da Verdade concluiu que a ditadura militar foi responsável pela morte de 39 alunos, seis professores e dois funcionários da universidade.

“Uma das recomendações da Comissão da Verdade da USP foi justamente a diplomação honorífica. Algo que nós agora estamos seguindo”, disse Cymbalista.

Alexandre Vannucchi Leme

Alexandre Vannucchi Leme tinha apenas 22 anos e estudava Geologia da USP. quando foi preso, torturado e morto por agentes do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) paulista, um órgão subordinado ao Exército.

Nascido em Sorocaba, era filho de professores e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) na época de sua prisão. Segundo a Comissão Estadual da Verdade, ocorrida na Assembleia Legislativa de São Paulo, Leme foi visto pela última vez no dia 15 de março de 1973, assistindo aulas na USP. No dia 16 de março, ele foi preso por agentes do DOI-Codi e submetido a intensas sessões de tortura. Um inquérito policial instaurado na época informava que ele foi preso “para apurar atividades subversivas da ALN”. No dia seguinte à sua prisão, Leme morreu em decorrência das torturas.

O estudante foi enterrado como indigente e a causa da morte divulgada pelo governo foi atropelamento, que teria ocorrido, segundo a versão militar, enquanto Vannucchi tentava

fugir da polícia. Apenas em 2014 sua certidão de óbito foi retificada, com a informação de que havia sido morto no DOI-Codi por tortura.

Ronaldo Mouth Queiroz

Ronaldo Mouth Queiroz também era estudante de Geologia e vinculado à ALN. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da USP e, sob o pseudônimo de Mc Coes, produziu um jornal independente que fazia críticas políticas bem-humoradas.

Queiroz foi morto a tiros por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em 6 de abril de 1973, três semanas após a morte de Vannucchi, enquanto estava em um ponto de ônibus. A versão oficial dizia que Queiroz teria morrido após uma troca de tiros com militares, mas testemunhas que estavam no mesmo ponto de ônibus disseram ter visto ele ser executado.

Conceder o diploma honorífico a esses estudantes é um caminho para a memória e a reparação desse período. No entanto, os familiares e amigos das vítimas da ditadura militar no Brasil ainda prosseguem na luta por justiça e condenação. O Brasil não foi capaz de fazer justiça. Ele não foi capaz de condenar explicitamente os algozes da ditadura. Isso porque, quando a gente teve a nossa lei da anistia, nós anistiamos tanto aqueles que tinham sido perseguidos pela ditadura, que estavam em exílio ou que estavam na clandestinidade quanto os torturadores. E isso teve algumas consequências bastante problemáticas porque a gente nunca conseguiu realmente fazer justiça como, por exemplo, aconteceu na Argentina, onde perpetradores foram para a cadeia e estão pagando por seus crimes. Isso não aconteceu aqui no Brasil”, disse Cymbalista.

Data da notícia: **25/12/2023**

Título: The Economist elogia Lula e diz que Brasil viveu ‘populismo mentiroso’ com Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/the-economist-elogia-lula-e-diz-que-brasil-viv-eu-populismo-mentiroso-com-bolsonaro/>

Em sua tradicional premiação de “país do ano”, a revista britânica The Economist elogiou a administração do presidente brasileiro Lula (PT) e exaltou o fim de um período que classificou como “populismo mentiroso” sob o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A revista destacou que Bolsonaro “espalhou teorias conspiratórias, mimou policiais, apoiou agricultores que incendiaram florestas, recusou-se a aceitar a derrota eleitoral e encorajou seus apoiadores para tentar uma revolta”.

Na sequência, o texto ressalta a retomada das políticas contra o desmatamento promovidas pelo governo Lula. “A nova administração rapidamente restaurou a normalidade – e reduziu o ritmo do desmatamento na Amazônia em quase 50%”, elogiou a publicação.

Entretanto, na avaliação do The Economist, o desempenho do Brasil poderia ser melhor, se não fosse o “hábito de Lula” de ser amigável com Vladimir Putin, presidente da Rússia, e Nicolás Maduro, presidente da Venezuela. A publicação elegeu a Grécia como o “país do ano”.

Nas redes sociais, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) comemorou a citação na revista. “Fruto do esforço do governo federal para restaurar a normalidade democrática, reduzir o ritmo do desmatamento da Amazônia e colocar o país no rumo do desenvolvimento, com reformas estruturantes”, comentou.

Data da notícia: **26/12/2023**

Título: Evento no 8 de Janeiro será ‘histórico’ e ameaças são monitoradas, diz Ricardo Cappelli

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/evento-no-8-de-janeiro-sera-historico-e-ameacas-sao-monitoradas-diz-ricardo-cappelli/>

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, afirmou nesta terça-feira 26 que o ato que vai marcar um ano do 8 de Janeiro será “histórico”. Segundo o nº 2 do ministério, ameaças são monitoradas.

“O Brasil é um país livre, democrático. Manifestações democráticas são sempre bem vindas e absolutamente naturais. O que a gente tem monitorado são ameaças e ataques às instituições democráticas”, disse.

Segundo ele, até o momento, não há nada que preocupe as equipes de segurança. Cappelli realizou nesta terça a primeira reunião com os chefes da segurança dos três poderes para organizar o esquema de segurança do evento de 1 ano dos atos de 8 de Janeiro.

“Teremos um ato histórico no dia 8 de Janeiro, uma iniciativa do presidente Lula que foi abraçada pelos chefes de todos os poderes. Um ato de festa, de celebração democrática. E a gente está aqui cuidando da questão da segurança”, disse o secretário-executivo”.

1 ano do 8 de Janeiro

Ao todo, o Supremo já condenou, em julgamentos presenciais e virtuais, 30 pessoas por envolvimento com os atos antidemocráticos, com penas que variam de 3 a 17 anos de prisão.

Todos foram condenados também a pagar em conjunto uma multa moral coletiva no valor de R\$ 30 milhões.

Para relembrar a data e celebrar a vitória da democracia, Lula anunciou um ato no dia 8 de Janeiro de 2024, em Brasília.

“Estou convidando todos os governadores, porque dia 8 de janeiro vamos fazer um ato aqui em Brasília para lembrar o povo que tentou se dar um golpe dia 8 de Janeiro e que ele foi debelado pela democracia deste País”, disse Lula no começo de dezembro, durante um evento no Palácio do Planalto.

Data da notícia: **27/12/2023**

Título: Novos conselheiros tutelares tomam posse em todo o Brasil em janeiro; maioria em São Paulo se identifica como conservadora

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/27/novos-conselheiros-tutelares-tomam-pos>

[se-em-todo-o-brasil-em-janeiro-maioria-em-sao-paulo-se-identifica-como-conservadora](#)

Atender crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados é a principal função do Conselho Tutelar, estabelecido na lei que ficou conhecida como ECA, criada há mais de 30 anos, como explica a Defensora Pública no Estado de Minas Gerais e titular da 4ª Defensoria dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, Daniele Bellettato.

“É uma função que foi trazida no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 com a finalidade de desjudicializar as políticas públicas de proteção à criança. E a ideia é que o Conselho Tutelar seja composto por quem esteja mais próximo da comunidade”, explicou a defensora.

Um tipo de violência comum sofrida por crianças e adolescentes é a sexual. No Brasil, estupro e exploração sexual de menores de idade cresceram mais de 15% no ano passado, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A defensora pública reforça que o conselheiro tutelar deve fiscalizar e agir quando esta ou outras situações de violências forem identificadas.

“Algumas situações de atuação muito importante do Conselho Tutelar são quando o órgão se depara com uma situação emergencial, quando a criança está naquele momento numa situação de risco por violação de direitos, por abandono ou quando os pais saíram e deixaram aquela criança sozinha em casa ou não tão levando essa criança pra escola... ou não tão fazendo um tratamento de saúde adequado”, disse Bellettato.

Em outubro, novos conselheiros tutelares foram eleitos em todo o Brasil para o mandato que começa no ano que vem e vai até 2028. Em São Paulo, 260 vagas serão ocupadas nos 52 conselhos tutelares da cidade. São cinco profissionais para cada Conselho.

Entre os requisitos para o cargo de conselheiro, na capital paulista, a novidade foi a exigência de diploma de conclusão do Ensino Médio. Porém, a reportagem do Brasil de Fato já publicou que houve inconsistências nos documentos de alguns candidatos. Apesar disso, partindo de um estudo dos candidatos em Minas Gerais, a pesquisadora Elaine Cristina da Silva, que também é advogada e professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressalta que muitos que concorrem costumam ter formação superior, o que é importante.

“O que nós percebemos é que boa parte desses conselheiros têm uma formação de ensino superior nas áreas de Educação, na área de Serviço Social ou mesmo de Psicologia e esses profissionais não atuam como tais na função de conselheiro tutelar. Só que eles têm

uma bagagem dessas formações que eles tiveram do ensino superior pra poder atuar. Então, é muito importante que os conselheiros tenham uma formação continuada para além desta inicial no sentido de trabalhar escuta, pra poder identificar essas violências”, pontua a especialista.

Em janeiro, 180 dos 260 conselheiros serão pessoas novas na função, ou seja, que não estão no mandato atual. Além da alta renovação, houve maior participação de eleitores. Em relação ao pleito de 2019, o número de votantes cresceu 35% na capital paulista. Porém, há uma estimativa, conforme mapeamento feito pelo Instituto de Cooperação Pública e Social, de que quase 60% dos eleitos sejam do campo conservador e ligados a igrejas neopentecostais, o que pode influenciar na atuação exigida de um conselheiro.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que os conselhos tutelares tenham independência e autonomia. Então, esses vínculos podem gerar violações aos direitos na medida em que tivemos um avanço de setores fundamentalistas religiosos. É possível que quando chegue uma denúncia contra determinada liderança religiosa no Conselho Tutelar, aquilo não seja apurado de forma adequada porque os membros do Conselho não possuem autonomia e independência com relação a pessoa que está sendo investigada”, exemplifica o advogado e membro do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (Indica), Ariel de Castro Alves.

Conselheira eleita para o órgão da Lapa, na Zona Oeste de São Paulo, Patrícia Tavares é militante de movimentos sociais. Formada em Economia e especialista em Planejamento Urbano, teve diferentes experiências também ligadas às crianças e adolescentes e fala da expectativa para o mandato.

“A gente assume dia 10 de janeiro. Aqui na Lapa, apesar de ter tido algumas impugnações, enfim, atualmente o cenário que a gente tem é bastante positivo, porque foram 5 mulheres eleitas, sendo três delas reeleitas, que já tinham experiência no Conselho Tutelar. E todas com uma perspectiva bastante progressista. Então, mantendo esse cenário, eu acho que a gente tem condições de avançar bastante”, disse a futura conselheira.

Data da notícia: **28/12/2023**

Título: Morre jovem negro que teria sido baleado por policiais após ser confundido com assaltante em São Paulo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/28/morre-jovem-negro-que-teria-sido-baleado-por-policiais-apos-ser-confundido-com-assaltante-em-sao-paulo>

O jovem Wesley Barbosa da Conceição, de 29 anos, alvo de tiros que teriam sido disparados por um policial militar, morreu nesta quinta-feira (28), em São Paulo (SP).

Segundo familiares, o rapaz foi baleado duas vezes no abdômen, na noite do último dia 21, na Avenida 23 de Maio, na região central da capital paulista. Wesley trabalhava vendendo doces no semáforo.

Em relato ao Brasil de Fato, o irmão do jovem – que terá o nome preservado – disse que a polícia teria confundido o rapaz com um suspeito de assalto.

"O meu irmão estava trabalhando, e vieram uns moleques de outras comunidades e roubaram no farol. Meu irmão é mais preto do que eu – ele é preto, preto mesmo", enfatiza. "Os moleques correram. Ele [Wesley] estava andando, e os policiais confundiram ele com o ladrão e atiraram", relatou à reportagem no dia do ocorrido.

Em nota enviada ao Brasil de Fato, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP) informou que "todas as circunstâncias relativas aos fatos são investigadas por meio de um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pela Polícia Militar". Ainda segundo a pasta, a arma do policial e os carregadores foram apreendidos.

O SSP também informou que agentes utilizavam Câmeras Operacionais Portáteis (COP) no momento da ocorrência e que "as imagens estão sendo minuciosamente analisadas".

Segundo o irmão da vítima, Wesley foi socorrido após uma espera de aproximadamente duas horas, e a família teve notícias dele somente no dia seguinte. O jovem passou por cirurgia e permaneceu internado.

Ainda de acordo com familiares do rapaz, policiais militares estiveram no hospital e chegaram a entrar no centro cirúrgico, sem explicar o motivo.

Jovens negros são os principais alvos de violência policial em São Paulo

Se confirmado que os tiros partiram da PM, a morte de Wesley Barbosa se soma às estatísticas de letalidade policial.

Segundo o levantamento "Pele Alvo: a bala não erra o negro", elaborado pela Rede de Observatórios, 63,9% dos mortos por agentes de segurança no estado de São Paulo são negros.

Na capital paulista, das 157 mortes registradas nessas circunstâncias, 108 pessoas eram pretas ou pardas. Jovens com idade entre 18 e 29 anos são a maioria das vítimas. Eles representam 53,94% do total.

(*) Com informações de Caroline Oliveira

** Texto atualizado às 18h12 para inclusão de posicionamento da Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Data da notícia: **29/12/2023**

Título: Desemprego fecha novembro em 7,5%, menor nível desde fevereiro de 2015

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/29/desemprego-fecha-novembro-em-7-5-menor-nivel-desde-fevereiro-de-2015>

O desemprego no país caiu mais uma vez no trimestre encerrado em novembro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de pessoas desocupadas no país baixou a 7,5%. Isso é 0,2 ponto a menos do que no trimestre entre junho e agosto deste ano e 0,5 ponto a menos do que no trimestre encerrado em novembro de 2022.

Com a queda, o atual percentual de brasileiros desempregados é o menor registrado desde fevereiro de 2015, quando a taxa era de 7,5%.

Esses dados fazem parte da última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (29).

Segundo a pesquisa, o Brasil apresenta hoje o menor contingente de pessoas desempregadas desde abril de 2015: 8,2 milhões, 6,2% a menos do que há um ano. Também tem o maior contingente de pessoas ocupadas desde 2012: 100,5 milhões, 0,8% mais que em 2022.

Já a taxa de subutilização – percentual de pessoas que gostaria de trabalhar mais do que atualmente trabalha – recuou 1,6 ponto em 12 meses e ficou em 17,4%, menor taxa desde junho de 2015. São 20 milhões de pessoas, 9% menos que um ano atrás.

A população desalentada – que desistiu de procurar trabalho – caiu 16,9% no ano. São 3,4 milhões de pessoas, o menor contingente desde o trimestre encerrado em agosto de 2016.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado (excluindo os trabalhadores domésticos) chegou a 37,7 milhões, com alta de 1,4% no trimestre e de 2,5% no ano. É o segundo maior contingente da série histórica do IBGE.

Caged positivo

Na quinta-feira (28), o Ministério do Trabalho informou que o país criou 130 mil vagas formais de emprego em novembro. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No ano, foram 1,9 milhão de empregos gerados.

O governo estima gerar 2 milhões de empregos até o final do ano.

Data da notícia: **29/12/2023**

Título: Levante Feminista cobra políticas contra feminicídios em ato no DF

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/29/levante-feminista-cobra-politicas-contrafeminicidios-em-ato-no-df>

'Nem pense em me matar'. Esse é o mote da campanha nacional do Levante Feminista Contra o Feminicídio, que realizou, nesta quinta-feira (28), um ato contra a violência de gênero no Distrito Federal. A atividade realizada na Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília,

reuniu mulheres de diferentes organizações que denunciaram os dados alarmantes de feminicídios no DF. Até 26 de dezembro, foram 34 mulheres assassinadas.

O número atual representa um aumento de 100% em relação à 2022, que registrou 18 assassinatos de mulheres no DF, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Durante a mobilização, foram distribuídos panfletos com informações de canais de denúncia e exigências de políticas públicas para dar assistência de segurança, jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violências.

Para a professora da rede pública de ensino e militante do Levante Feminista Contra o Feminicídio do DF e Entorno, Vilmara do Carmo, as ferramentas de prevenção e combate à violência de gênero não atendem às demandas.

“É um problema cada vez mais comum desde a promoção da política do Bolsonaro e aqui no DF não mudou essa rotina, porque está presente no governo Ibaneis. Ele não tem feito uma intervenção necessária e eficiente nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica, que é onde começam todos os casos de feminicídios”, apontou Vilmara, que é membro do Conselho dos Direitos da Mulher do DF.

Rita Andrade é também militante do Levante Feminista e reforçou a necessidade de um trabalho que seja voltado para a prevenção por meio de processos educacionais e não somente o recrudescimento da pena para os casos já ocorridos.

“É necessário um trabalho organizado de psicólogos e assistentes sociais, tratar homens sociabilizados com esse tipo de violência e evitar que esse tipo de comportamento seja disseminado. Não queremos que esses homens sejam apenas punidos, mas que também sejam tratados. Em todos níveis, homens jovens, adultos e velhos com esse tipo de tendência. E deve começar como pauta de educação em todos os lugares, como transporte público, campanhas de comunicação e nos suportes de segurança e saúde”, observou.

Uma das reivindicações do Levante Feminista durante o ato é que todas as recomendações aprovadas na CPI do Feminicídio da Câmara Legislativa, finalizada em maio de 2021.

Apesar das estatísticas, para as ativistas do Coletivo de Mulheres Negras Baobá, Jacira Silva e Lourdimar Serra, destacam que a luta feminista nos últimos anos tem demonstrado um movimento positivo para dar visibilidade a problemas que geralmente são silenciados e invisibilizados por pressão de hierarquias sociais e ressalta a importância do papel masculino em também manifestar repúdio contra essa estrutura de violência.

“As pautas feministas têm melhorado bastante essa visão dos homens. Mas cabe aos homens também falar para os homens sobre a não-violência. A não violência entre homens e mulheres, que haja a conscientização destes homens, independente de suas idades, para que o respeito e o amor prevaleçam nas relações sociais, humanas e íntimas. E que infelizmente está ligado a todas as outras formas de violência que imperam. Violência policial, a violência alimentar, a violência educacional, a violência no contexto maior de negar os nossos direitos”.

Crime hediondo

A prática de feminicídio passou a ser classificada como crime hediondo através da Lei nº 13.104 de 2015. O Painel Interativo de Feminicídios do Governo do Distrito Federal, ferramenta que apresenta infográficos sobre as mortes de mulheres no DF, mostra números consolidados de 2015 a 2023 (com última atualização em 23 de novembro), mostra que no total 175 mulheres perderam a vida neste período.

"Com a intenção de sensibilizar mais mulheres, a sociedade, as autoridades, gerar mais engajamentos para que nenhuma morte violenta de mulher seja naturalizada, nem esquecida, e para que as políticas públicas previnam mortes evitáveis e minimizem as condições adversas de vida de crianças e de adolescentes que perderam suas mães para o patriarcado, o Levante Feminista Contra o Feminicídio DF Entorno segue em vigília pela vida de todas as mulheres, e pelo fim do feminicídio, lesbocídio e transfeminicídio", destaca trecho do Manifesto entregue durante a mobilização.

Violência contra a mulher: saiba como denunciar

Ligue 190 – PMDF

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM

Funciona 24 horas diariamente.

Endereços: EQS 204/205, Asa Sul ou Praça da Estrela, lote 01, s/n, Centro Metropolitano – Taguatinga

Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673

Data da notícia: **29/12/2023**

Título: Governo demarca 8 de 14 terras indígenas reivindicadas em 2023 e recebe cobrança: 'Somos parceiros, não submissos', diz Apib

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/29/governo-demarca-8-de-14-terras-indigenas-reivindicadas-em-2023-e-recebe-cobranca-somos-parceiros-nao-submissos-diz-apib>

O ano de 2023 termina com um saldo de oito Terras Indígenas (TIs) demarcadas – pouco mais da metade das 14 que o movimento indígena havia pleiteado para os 100 primeiros dias de governo. Além disso, neste mês de dezembro o Congresso Nacional derrubou vetos do presidente Lula (PT) e aprovou a Lei 14.701/23, apelidada de Lei do Marco Temporal ou, como dizem entidades dos povos originários, Lei do Genocídio Indígena. O texto foi promulgado nesta quinta-feira (28) pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

É por isso que, segundo Dinamam Tuxá, da coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a entrada de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) no intuito de anular a lei será “prioridade número um” do movimento no início de 2024.

Apesar de batizado como Lei do Marco Temporal, a nova legislação carrega outros ataques aos direitos indígenas que vão além da tese de que só podem ser demarcados os territórios ocupados por estes povos até 1988 – entendimento este que já é considerado inconstitucional pelo STF.

Entre os outros artigos, estão a regulamentação da cooperação entre indígenas e não indígenas para exploração de atividades econômicas dentro dos territórios; maior burocratização do processo demarcatório; e a definição que o direito de usufruto exclusivo dos povos originários às suas terras não pode se sobrepor ao interesse “da política de defesa”.

Promessa não cumprida

Apesar de defender demarcações de forma ampla, na lista das 14 TIs que o movimento entregou ao presidente Lula, ainda na transição de governo, tinha aquelas cujo processo demarcatório estava tecnicamente encaminhado. Faltava só a canetada da homologação.

“Houve um comprometimento do presidente Lula e toda sua equipe em demarcá-las. Um comprometimento público, inclusive, [ocorrido] durante nosso Acampamento Terra Livre”, recorda Tuxá, que é também assessor jurídico da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne).

A falta de demarcação das outras seis TIs em 2023, ressalta Dinamam, “não se dá por caráter técnico, mas por questões políticas”.

“Houve uma coalizão de forças para que o presidente Lula fosse eleito. Da mesma forma que houve o apoio dos povos indígenas, tem outros agentes, de grande força econômica”, pontua.

Dinamam diz compreender que “o presidente necessita de governabilidade no parlamento. Só que esse preço está saindo muito caro para os povos indígenas”. De acordo com o dossiê “Os invasores” do De olho nos ruralistas, integrantes do Congresso e do Executivo são donos de cerca de 96 mil hectares sobrepostos a terras indígenas.

“Não vamos aceitar negociações. Nós somos parceiros, não somos submissos. E somos um dos primeiros movimentos a declarar isso abertamente para o presidente”, afirma o coordenador da Apib.

“O avanço que tivemos foi de ocupar cargos estratégicos e a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Mas em termos de demarcação, fiscalização e proteção territorial ainda falta muito a ser feito”, cobra Dinamam Tuxá.

Ao Brasil de Fato, o Ministério da Justiça informou que recebeu 30 processos de demarcação de TIs em 2023 e que destas, duas foram homologadas por decreto presidencial. “As demais encontram-se nas etapas de análise técnica e jurídica”, sem previsão de finalização, disse a pasta. De acordo com a Funai, hoje há 761 territórios indígenas em diferentes etapas de regularização.

As terras demarcadas e os conflitos em curso

Entre as TIs demarcadas, seis foram homologadas em abril, durante a participação de Lula no Acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena do Brasil. Outras duas em setembro, no dia da Amazônia. Foram elas: Arara do Rio Amônia (AC), Kariri-Xocó (AL), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE), Uneiuxi (AM), Avá Canoeiro (GO), Acapuri de Cima (AM) e Rio Gregório (AC).

Cacique desta última no Acre, Tashka Yawanawá conta que Rio Gregório está efetivamente ocupada por seu povo desde 2003. O que mudou desde a homologação neste ano “é a segurança”, diz. “Não sentimos mais ameaça daqueles que diziam ser os donos da terra. Essa é a grande mudança, de a gente dormir tranquilo, sem ameaça de perder esse pedaço de terra que é tão importante para o nosso povo”, resume.

Essa tranquilidade, no entanto, ainda é exceção no Brasil. No último 22 de dezembro, o cacique Lucas Kariri-Sapuyá, de 31 anos e do povo Pataxó Hã-hã-hãe, foi assassinado no sul da Bahia. Em Roraima, um ofício da Funai demonstra preocupação com a “desmobilização gradual” de militares na terra Yanomami, enquanto garimpeiros voltam ao local.

No Mato Grosso do Sul, um grupo Guarani Kaiowá, bem como uma antropóloga, um engenheiro florestal e um jornalista canadense foram espancados por homens encapuzados depois que indígenas retomaram o território tradicional Pyelito Kue, sobreposto pela Fazenda Maringá.

Lembrando que as oito TIs homologadas em 2023 quebram um jejum de demarcações no país instaurado desde 2018, Dinamam Tuxá salienta que o acirramento dos conflitos socioambientais ainda não foi contido.

“O discurso do governo federal para combater a crise climática está se esvaziando. Ao mesmo tempo que o faz, o Brasil ingressa na Opep+ [Organização dos Países Exportadores de Petróleo], faz leilões para a exploração de petróleo em bacias importantes”, critica o representante da Apib. “Uma das maiores ações para combater a emergência climática é, justamente, a demarcação de terras indígenas”.

“Genocídio legislado”

Nos cálculos da Apib, a partir do momento em que uma terra indígena começa seu processo demarcatório com os estudos de identificação, ela leva em média 30 anos para ser regularizada. Com a Lei 14.701/23 aprovada no último 14 de dezembro, a entidade indígena prevê que o tempo vai triplicar.

“Além disso, querem beneficiar invasores de terras indígenas que só serão removidas mediante indenização prévia. Ou seja, vão ser premiados aqueles que invadirem terras indígenas”, complementa Dinamam Tuxá.

Para ele, a aprovação da lei – cuja votação começou na Câmara dos Deputados ao mesmo tempo em que o STF julgava improcedente o marco temporal – foi um revide da bancada

ruralista. “O movimento fez um enfrentamento muito forte contra o Bolsonaro e a conta está chegando”, avalia.

“Para esta luta, contávamos com um apoio sem precedentes do Executivo, mas muitas vezes nossas pautas não têm apoio político até da base governista”, alerta Dinamam. “O discurso não está batendo com a prática”.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, se exonerou temporariamente do cargo no último 12 de dezembro para, enquanto senador, apoiar a indicação de Flávio Dino como ministro do STF. Aproveitou para esticar sua atuação como parlamentar e votar a favor do então PL do Marco Temporal.

Questionado, o ativista indígena diz que as prioridades do movimento em 2024 são derrubar a “Lei do Genocídio Indígena” por meio do STF; fazer articulações internacionais para, entre outras ações, colocar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para ser julgado no Tribunal Penal Internacional; denunciar empresas e pessoas que financiam “a destruição e os conflitos socioambientais no Brasil” e, como ponto central, conquistar novas demarcações de terras.

Data da notícia: **31/12/2023**

Título: Do desmonte ao respiro: saúde viveu retomada em 2023, mas precisa superar desfinanciamento histórico

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/31/do-desmonte-ao-respiro-saude-viveu-retomada-em-2023-mas-precisa-superar-desfinanciamento-historico>

Há pouco mais de um ano, no apagar das luzes de 2022, o Brasil se via frente à expectativa de ter o menor orçamento da história para o setor da saúde. Na ocasião, a equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentava reverter as perdas com a PEC da transição, aprovada dias antes do início de 2023. A aprovação trouxe um alívio, mas ficou longe de conseguir recuperar os prejuízos e superar desafios históricos.

Quando deixou o governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou também uma proposta orçamentária que reduzia os investimentos em saúde em R\$ 22,7 bilhões de reais

para este ano. O tombo potencializava o esgotamento da área, que já era realidade desde que Michel Temer (MDB) instituiu o teto de gastos, em 2016. A Emenda à Constituição (EC) congelava os investimentos sociais por vinte anos.

Frente a esse cenário, o ano de 2023 representou uma corrida para retomar o básico. A nova gestão conseguiu aprovar a PEC da transição, que permitiu deixar de fora da regra fiscal R\$ 145 bilhões no orçamento para bancar despesas como o Bolsa Família, o Auxílio Gás e o Farmácia Popular.

O primeiro grande desafio da saúde tomou as manchetes de todo o país ainda em janeiro, quando surgiram denúncias de uma gravíssima crise sanitária em território Yanomami. A presença do garimpo, que aumentou na gestão bolsonarista, esgotou recursos e levou fome, desnutrição e doenças aos povos indígenas.

Mais da metade das crianças que vivem na região apresentava quadro de desnutrição. Doenças como pneumonia, malária e diarreia se espalharam e atingiram centenas de pessoas. A força tarefa do governo nos primeiros meses do ano entregou milhares de cestas de alimentos, transportou mais de 600 pessoas que precisavam de atendimento e direcionou 90 toneladas de insumos e equipamentos para o local.

A saúde e a sobrevivência do povo Yanomami, no entanto, continuam representando um desafio. Os garimpeiros voltaram a explorar ouro na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A Hutukara Associação Yanomami afirma que já realizou 15 denúncias desde agosto deste ano, chamando atenção para a retomada do garimpo na região.

Na sexta-feira (22), a Justiça Federal em Roraima determinou que a União elabore um novo plano de ações contra a atividade ilegal no local. Na avaliação do Judiciário, as medidas de combate aos crimes ambientais e de retirada dos invasores implementadas no início do ano pelo governo federal não foram satisfatórias para garantir a segurança, a saúde e a vida daqueles que moram e atuam no território.

Vacinas

O ano de 2023 começou com o Brasil em situação alarmante nos índices gerais de vacinação. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a taxa de imunização despencou de mais de 90% para cerca de 70%. O resultado colocou o país entre as dez nações com menor cobertura vacinal do mundo.

Em fevereiro, o governo atual lançou o Movimento Nacional pela Vacinação. O objetivo era reverter o cenário, reforçado nos anos anteriores por uma fórmula que reunia negacionismo, falta de campanhas e baixo investimento nas políticas de saúde.

Como parte da estratégia nacional para retomar os níveis de vacinação, o Ministério da Saúde lançou o programa Saúde com Ciência, que além de chamar atenção para a manutenção da vacinação atualizada, também combate a desinformação e as fake news.

Evelyn Santos, Gerente de Parcerias e Novos Projetos da Umane, organização da sociedade civil que atua para construir e defender o SUS, afirma que os 50 anos do Programa Nacional de Imunização, em 2023, devem ser comemorados. Nesse sentido, ela ressalta a retomada das ações registrada este ano, mas pondera que ainda é preciso ir além

"Os valores em várias dessas vacinas do calendário ainda estão abaixo do que seria a meta. Ou seja, temos que comemorar, pela tradição que temos e por esse resgate que parece estar acontecendo, mas temos que seguir trabalhando. Isso é bastante importante e não é um movimento isolado. Ao redor do mundo todo, o movimento antivacina vem aí e a hesitação vacinal também contribui para essa diminuição das coberturas. Temos que entender o papel do setor de saúde como proativo nesse processo e que vamos conseguir. Estamos muito animados."

Segundo o governo, mais de R\$ 151 milhões foram repassados para estados e municípios, com foco especial na implementação da vacinação nas escolas. Em 2023, 3.992 cidades adotaram a imunização de crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Os horários das salas de imunização foram ampliados, e as equipes de saúde realizaram busca ativa de não vacinados, padronização nos registros das doses aplicadas e identificação do aplicador em um sistema nacional.

As campanhas e os investimentos já mostram efeitos. O país conseguiu chegar a 80% da população com o esquema vacinal contra a covid-19 completo em 2023. Mais de R\$ 38 bilhões foram direcionados a ações de combate ao coronavírus.

Além disso, houve aumento na cobertura de oito vacinas recomendadas para crianças com um ano de idade. De janeiro a outubro, 26 estados tiveram alta da aplicação das vacinas pneumocócica, poliomielite e tríplice viral (1ª dose). Em 24 estados, foi registrada alta das doses contra a hepatite A, meningocócica e tríplice viral (2ª dose). Todas as unidades da federação tiveram aumento na vacinação contra a febre amarela e DTP.

Investimentos ainda insuficientes

Além das ações para conter as crises na saúde indígena e na vacinação, o governo recriou programas que estavam suspensos e investimentos em áreas que foram deixadas de lado pela gestão anterior. Nessa lista estão o Mais Médicos, o Farmácia Popular, a Rede Cegonha e o Brasil Sorridente, por exemplo. Mas a retomada ainda não é suficiente para reverter as perdas recentes e a falta de financiamento histórica.

Segundo uma pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde e da Umané, o dinheiro destinado para o setor sofreu queda de 64% entre 2013 e 2023. O levantamento, publicado em maio, já levava em consideração o que era previsto para 2023.

Evelyn Santos afirma que a falta de investimentos atinge principalmente populações periféricas e vulneráveis, como mulheres, crianças, pessoas negras e indígenas. Ela defende mais recursos, principalmente para a atenção básica, considerada primordial para os fatores determinantes da saúde.

"Nós fazemos muito, com muito pouco. Se olharmos o quanto do PIB é gasto em saúde no Brasil, estamos em linha com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem desenvolvidos se comparáveis conosco. Agora, quando olhamos quanto por cento disso é gasto público, ou seja, saúde pública - que atende 100% da população em vários serviços e grande parte da população também na assistência - vamos que não chega a 4%", afirma Evelyn Santos.

O planejamento orçamentário deixado pelo governo de Jair Bolsonaro foi revertido com a PEC da transição, aprovada em dezembro de 2022. Já o texto de gastos deixou de vigorar com a aprovação do arcabouço fiscal, em agosto passado.

"Conseguimos, em 2023, recuperar o que foi feito em termos de cortes, desmonte e reversão nos últimos anos? Eu diria que não, não conseguimos. Mas também é importante ressaltar que houve algumas movimentações muito importantes. Sobretudo no começo do governo, quando foi possível a revogação da EC 95 e a decisão de ter algum suplemento extraordinário para financiar ações do Ministério da saúde. Também houve a retomada do programa Mais Médicos, que ampliou grandemente o acesso. Foram ações emergenciais, mas que foram muito importantes para viabilizar que este ano de 2023 pudesse ser operado", pontua Rosana Onocko, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Com as duas medidas, o setor da saúde voltou a ter um respiro, mas ainda insuficiente. O cenário reforça os cálculos que mostram que, na última década, o país praticamente não aumentou os investimentos na área.

Em agosto, o Ministério da Saúde anunciou investimento de R\$ 31 bilhões ao longo dos próximos anos em ações de atenção primária, atenção especializada, telessaúde, preparação para emergências sanitárias e Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Participação popular

O ano de 2023 na saúde também foi marcado por um intenso movimento de retomada da participação da sociedade nos debates e decisões do setor. Na primeira semana de julho, foi realizada em Brasília a 17ª Conferência Nacional de Saúde, com a participação de mais de 6 mil pessoas da população em geral e de entidades da sociedade civil, fóruns regionais e movimentos sociais.

Nos meses anteriores ao evento, conferências municipais, estaduais e livres foram realizadas. Em cada uma delas, uma série de propostas foram apresentadas. A partir das sugestões, foi criado um documento entregue ao governo federal para incorporação ao Plano Nacional de Saúde e Plano Plurianual de Saúde 2024-2027.

Rosana Onocko afirma que os espaços de participação e controle popular são “pontos de honra” do SUS e que já eram valorizados historicamente pelo movimento sanitário do país. Segundo ela, a retomada desses processos também é essencial para combater o conservadorismo, representado principalmente em decisões do Congresso Nacional contra direitos de minorias na área da saúde.

“São preocupações muito grandes que temos e a única forma de enfrentar esse Congresso, que tem uma configuração bastante conservadora, vai ser com a mobilização do movimento social e do controle social. Esperamos que as coisas se sustentem tão boas quanto foram em 2023 e que acelerem, no sentido de sermos capazes de comprar boas brigas, que são de princípios, que têm a ver com direitos humanos, com acesso à saúde e com o respeito da diversidade”, explicou.

Em novembro, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) anunciou que pretende ampliar a participação social e popular em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do país nos próximos três anos. A ideia é criar Conselhos Locais nas 42 mil UBS existentes em território nacional. Dessa forma, as experiências de cidadania ativa que já são aplicadas em algumas localidades se tornarão uma política de estado.

Iniciativas locais em educação popular na saúde também devem inspirar a formação de uma rede nacional. A medida anunciada em agosto, com previsão de aplicação a partir de 2024, vai oferecer cerca de 400 turmas no Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde e formar pelo menos 8 mil pessoas.

Data da notícia: **31/12/2023**

Título: Da escravidão ao paraíso: os indígenas que reflorestam o arco do desmatamento na Amazônia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/31/da-escravidao-ao-paraiso-os-indigenas-que-reflorestam-o-arco-do-desmatamento-na-amazonia>

Nem mesmo o sol forte da Amazônia impede Marcelino Apurinã, 73 anos, de fazer vistorias diárias de seu Sistema Agroflorestal (SAF). O SAF é uma técnica de plantio que entrelaça, no mesmo espaço, espécies nativas ao cultivo de alimentos – tudo sem veneno e de forma sustentável.

"O SAF é um modelo que a gente faz hoje sem devastar a natureza. É feito no lugar onde as árvores já tinham sido derrubadas. Então estamos reflorestando. Aqui temos uma diversidade de plantas. Não é monocultura", diz Marcelino Apurinã, orgulhoso.

Essa união entre a floresta amazônica e alimentos típicos da região faz bem para o meio ambiente e ajuda a recuperar áreas desmatadas. Até agora, ele e a família reflorestaram uma área de 120 mil metros quadrados.

O reflorestamento não poderia ser mais oportuno, já que o SAF de Marcelino está em Lábrea (AM) no arco do desmatamento, como é chamada a região onde a floresta queima em um ritmo bem mais acelerado do que em qualquer outro lugar do bioma.

"A gente está fazendo a recuperação da natureza. Então hoje a gente planta açaí, abacaxi, babaçu, tucumã... E no meio disso a mandioca, que a gente usa para fazer farinha. O amazonense não sabe viver sem a farinha dele", diz, aos risos, o indígena Apurinã.

Da escravidão ao paraíso: uma história Apurinã

Tudo isso acontece na Aldeia Novo Paraíso, dentro da Terra Indígena Caititu (AM). Mas, para chegar onde chegou, Marcelino Apurinã teve que enfrentar momentos sombrios e sobreviver à violência colonial contra os povos indígenas do sul do Amazonas.

"A nossa aldeia foi exterminada pelo patrão. Só escapou o meu avô, curumim, que o patrão criou. Depois ele ficou trabalhando para o patrão, mas brigou com ele e fugiu. Nós fomos expulsos. Os patrões que tomaram conta da nossa terra", relata o indígena.

Na época, quem dava as cartas eram os patrões da borracha, proprietários que exploravam a mão de obra indígena escravizada para produzir o látex, que abastecia a indústria bélica dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

"De tanta escravidão, a pior é a que tinha matador de índio, para correr atrás de índio e tocar fogo nas malocas. E quem mandava eram os patrões e seringalistas que matavam os índios adoidados. Quase que acabam com nós", relata Marcelino.

Para escapar do seringal, ele percorreu o rio Purus por quatro dias de canoa. Chegou então à área urbana de Lábrea (AM), onde a Terra Indígena Caititu havia acabado de ser reconhecida pelo Estado brasileiro. E aí ele encontrou esse cantinho, que virou a aldeia novo paraíso, o lar do cacique Marcelino e da família dele.

Floresta que cura e alimenta

Maria dos Anjos Nogueira, esposa de Marcelino há 50 anos, tem uma extensa horta medicinal no fundo da pequena casa onde mora com o marido.

"Tem chás para problema de AVC [Acidente Vascular Cerebral], para problema de circulação e veia entupida e até para malária", diz a agricultora.

É difícil encontrar uma doença para a qual a dona Maria não tenha um remédio no quintal. De origem Apurinã, ela aprendeu desde cedo que a floresta é também uma farmácia. O conhecimento tradicional é herança de uma época em que a saúde indígena ainda não era uma política pública no Brasil.

"Eu não posso viver sem essas plantas. Porque é uma medicina muito valorizada", diz Maria. "Agora já tem essas equipes de saúde que ficam tratando os indígenas. Mas de primeiro não tinha. As crianças tinham muito verme, ficavam atacando com doenças, então a gente fazia muito chá de raiz. Depois que chegou a saúde, muita gente deixou a sua cultura abandonada. Por isso que eu quero continuar."

Dona Maria já está acostumada com os parentes Apurinã pedindo remédios da sua horta medicinal. Ela não deixa de ajudar, mas sempre dá um puxão de orelha: "Eu digo que eles têm que plantar para fazer que nem eu. Que não vou estar aqui para sempre. Hoje eu tenho porque eu planto. E eu aprendi com a minha mãe", aconselha.

Desenvolvimento sustentável na prática

A produção da Aldeia Novo Paraíso serve para alimentar os filhos, netos e bisnetos do casal. O restante é vendido para comerciantes da cidade de Lábrea e ajuda a colocar dinheiro na conta da família ampliada, composta por mais de 50 pessoas.

A Terra Indígena Caititu está às margens da BR-230, a Transamazônica, rodovia que virou um dos principais vetores de desmatamento da floresta.

"Devido a estarmos próximo da cidade, é uma aldeia que não tem mais caça e não tem mais peixe. A gente tem que criar, tem que produzir. Estamos a 200 metros do fazendeiro, dos lados tem comunidades e para lá é a estrada", aponta Marcelino.

Tradição do urucum ressignificada

O carro chefe da produção na aldeia Novo Paraíso é o colorau, feito com urucum, fruto que faz parte da cultura indígena brasileira. Todas as etapas do preparo acontecem dentro da comunidade: o plantio, a moagem, o tempero e a torra.

"Para nós indígenas, antigamente, urucum a gente só usava para nossas pinturas, a pintura era para o artesanato. Hoje não. Como a gente mora quase dentro da cidade, então a gente fez dele o tempero para dar um gosto melhor e mudar a cor da comida", explica Marcelino.

Há 10 anos o colorau da aldeia é vendido na área urbana de Lábrea (AM). Há dois anos, Marcelino decidiu estampar o produto com uma marca própria: "Colorau Marcelino Apurinã". "Foi o povo que botou esse nome", brinca.

"Além do sustentável, hoje o mundo inteiro está preocupado com a vegetação que está sendo destruída. Então eu estou plantando para não destruir. Porque o mundo vai ser mundo para nós convivermos, mas só se tivermos um certo cuidado, um bom cuidado", aconselha Marcelino Apurinã.

